

Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais

Informativo GETETE

n.1, v.2, julho de 2025. ISSN: 3085-5926



**LAB
SUL**

ie Instituto de
economia

CEDE
CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia
Centro de Estudos em Desenvolvimento Econômico
Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais

Editor

Fernando César de Macedo

Editores Adjuntos

Caio Cezar Fernandes da Silva

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento

Railene de Souza Veloso

Rodrigo de Albuquerque Marques

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes

Wellington Rodrigues da Silva

Estagiários

Ana Lígia Rodrigues (BAS/DEAPE/Unicamp)

Adana Orlene Delgado da Silva (BAS/DEAPE/Unicamp)

Fabício dos Santos Almeida (BAS/DEAPE/Unicamp)

Autores desta Edição

Aline Marcondes Miglioli

Allan Cavazzotti

Caio Cezar Fernandes

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento

Daniel Pereira Sampaio

Fernando César de Macedo

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes

Janete Stoffel

Leonardo Rodrigues Porto

Lilian de Pellegrini Elias

Valdeir de Oliveira Prestes

Vitor Hugo Tonin

Wellington Rodrigues da Silva

Diagramação e design

Elígia Filgueiras

Ilustração de capa

Silva Berros

Siglas que Aparecem Nesta Edição

ABEFC - Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CF - Constituição Federal
CONDEL - Conselho Deliberativo
CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação
FCF - Fundos Constitucionais de Financiamento
FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FPE - Fundo de Participação dos Estados
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituição e Ensino Superior
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IR - Imposto de Renda
ISS - Imposto sobre Serviços
ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
LS - Laudato Si
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NAF - Novo Arcabouço Fiscal
NESUR - Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAG - Plano de Ação do Governo
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
PCPM - Programa de Cidades de Porte Médio
PIB - Produto Interno Bruto
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRAC - Programa de Revitalização da Área Central
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REGIC - Regiões de Influência das Cidades
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNITA - União Nacional para a Independência total de Angola

Sumário

Editorial.....	5
Investigações Territoriais.....	7
A Economia de Francisco: Do Chamado à Encarnação.....	7
A Questão Regional e o Impasse Municipalista: Uma Breve Análise da Capacidade Fiscal dos Municípios.....	10
Agendas de Pesquisa.....	19
Dinâmica Territorial, Desenvolvimento Regional e as Particularidades Desencadeadas pelo Sistema de Educação Superior em Espaços Interioranos do Nordeste.....	19
Segurança Alimentar e Nutricional e Produção de Alimentos no Brasil: Desafios da Produção Camponesa e Familiar de Alimentos.....	24
Encontros GETETE.....	26
Um olhar para Angola.....	26
Fundo Público e o Financiamento de Políticas Sociais.....	30
Crescimento desigual das cadeias agroalimentares no Brasil: Comércio, abastecimento e o papel do Brasil no mercado externo de produtos agropecuários.....	32
O papel do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) no Financiamento da Agricultura Familiar: Uma Análise Espacial a Partir do PRONAF.....	34
Iniciação à Pesquisa.....	36
O Centro Não Morreu: Notas Sobre Intervenções Urbanas no Centro de Campinas-SP.....	36
Parcerias Acadêmicas.....	39
Entrevista com Aline Miglioli.....	39
Entrevista com Janete Stoffel.....	43
Getete por aqui e acolá.....	48
Getete no Seminário do IPEA.....	48
Getete no XXI ENANPUR.....	50
Seções Livres com Participação do GETETE.....	51
Artigos Apresentados em Sessões Temáticas.....	51
Defesa de Dissertação.....	52
Dicas de leitura.....	53
Vitória da Conquista e sua Região: Urbanização e Dinâmica Econômica no Interior do Estado da Bahia (1840-2010).....	53
A Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX.....	59
Crônica - Territórios criativos: mapear e publicar a literatura de cordel no Ceará.....	61
Charge.....	66
Tarifalço.....	66
Referências.....	67

Editorial

Com esta edição o informativo Getete chega ao segundo volume e seu formato vai se consolidando com a proposta de uma divulgação científica simples, concisa e menos burocrática. Na seção de ‘Investigações Territoriais’, Vitor Tonin escreve sobre a economia de Francisco articulando a origem crítica e os princípios que orientam esse movimento social. Em seguida, o texto de Caio Fernandes estabelece as ligações entre desigualdades regionais e a questão da capacidade fiscal dos Municípios.

Na seção ‘Agendas de Pesquisa’, Wellington Rodrigues apresenta as diversas matizes de teóricas que analisam a relação entre Instituições de Ensino Superior e Território e o potencial do seu impacto transformador. Já no texto seguinte, Lilian Elias apresenta os problemas enfrentados pelo Brasil para garantir a segurança alimentar e nutricional da população, mesmo o país sendo um grande produtor de alimentos.

Essa diversidade de temas e abordagens também estão refletidas nos ‘Encontros Getete’. No 57º encontro, o professor Francisco Esteves desenvolveu sua fala a respeito dos problemas do desenvolvimento econômico em Angola, articulando as interpretações do subdesenvolvimento do país africano com a fragilidade do Estado-Nacional e a dependência das exportações de primários. No encontro seguinte, Evilásio Salvador apresentou o debate sobre o novo arcabouço fiscal e o financiamento das políticas sociais.

O 59º encontro contou com a participação de Rafael Pastre, na qual ele abordou o crescimento das cadeias agroalimentares e como se deu a articulação do Brasil com o mercado externo nesse processo. Ainda nessa temática, no encontro com Claudia Heck e Gislaine Quaglio elas discutiram o papel do fundo constitucional do Centro-Oeste no financiamento da agricultura familiar e a necessidade de um maior alinhamento entre as políticas públicas.

Em nosso espaço dedicado para a iniciação científica, Allan Cavazzotti apresenta sua pesquisa a respeito das intervenções urbanas no centro da cidade de Campinas, São Paulo.

Na seção de parcerias acadêmicas contamos com duas entrevistas. Na primeira, com a professora Aline Miglioli, conversamos sobre sua trajetória e atuação no projeto ‘realidades latino-americanas’. A segunda entrevista é com a professora Janete Stoffel, acerca do avanço do agronegócio no Paraná e como Universidade e os movimentos sociais estão implicados nesse processo.

Ainda com os registros das atividades do Getete, na seção ‘Getete por aqui e acolá’ destacamos a participação de membros do grupo no seminário realizado no IPEA em Brasília e no XXI Enanpur em Curitiba. Também registramos a defesa de dissertação de Jennifer Ribeiro.

Na seção ‘Dicas de Leitura’, temos as resenhas de dois livros de autoria

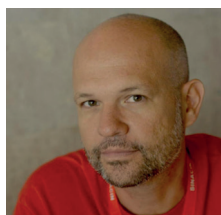
de membros do grupo. Leonardo Porto com a obra ‘Vitória da Conquista e sua Região: Urbanização e Dinâmica Econômica no Interior do Estado da Bahia (1840-2010)’, e Guilherme Lopes com ‘A Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX’.

Encerramos a edição com a Charge ‘Tarifalço’ de Silva Berros.

Boa Leitura!

Investigações Territoriais

A Economia de Francisco: Do Chamado à Encarnação



Vitor Hugo Tonin

Doutor e Pesquisador no IE/UNICAMP

Email: vitorht@unicamp.br

Antecedentes: As Sementes da Laudato Si'

Antes mesmo do chamado do Papa Francisco para uma economia mais justa e fraterna, a encíclica Laudato Si' (2015)¹ já lançava as bases desse debate com uma abordagem revolucionária. O documento não se limitava a denunciar a lógica exploratória do sistema econômico vigente, mas propunha uma verdadeira revolução paradigmática. Através do conceito de “ecologia integral”, Francisco tecia uma crítica profunda ao paradigma tecnocrático dominante, mostrando como a redução da natureza a mero objeto de exploração anda de mãos dadas com a “cultura do descartê” que marginaliza os mais pobres.

A encíclica revela com clareza que não enfrentamos duas crises separadas - uma ambiental e outra social - mas uma única e complexa crise socioambiental. Esta compreensão holística preparou o terreno para a Economia de Francisco ao demonstrar que qualquer transformação econômica significativa precisa ser simultaneamente ecológica, social e espiritual. O Papa não se contentou com a análise, mas apontou caminhos concretos: a necessidade de mudanças radicais nos estilos de vida e consumo, a urgência de novos modelos de desenvolvimento, o chamado a políticas públicas transformadoras e a educação ambiental como processo de conversão integral. Foi este solo fértil, cultivado pela Laudato Si', que permitiu o florescimento posterior do movimento da Economia de Francisco.

Na encíclica Laudato Si', o Papa Francisco não poupou críticas ao sistema financeiro global, denunciando com veemência o que chamou de “paradigma tecnocrático” que transformou o dinheiro em um fim em si mesmo. Com palavras contundentes, o Pontífice condenou a especulação financeira e o rentismo que “continua a sugar a economia real” (LS 56), criando uma economia que exclui e mata. A crítica era clara: um sistema que privilegia o lucro sobre as pessoas e a acumulação sobre a vida digna precisa ser radicalmente transformado. Esta denúncia profética preparou o terreno para o chamado posterior à Economia de Francisco, mostrando que a conversão ecológica exigia também uma revolução nas estruturas econômicas e financeiras.

¹ Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br>

O Chamado: Um Convite à Ação

Quando em 2019 o Papa convocou os jovens para Assis, suas palavras ecoaram as críticas anteriores: “Esta economia mata”². Francisco denunciava um sistema financeiro que havia se tornado “um ídolo que exige sacrifícios humanos”, onde o rentismo e a especulação criavam riqueza fictícia enquanto aumentavam a pobreza real.

Neste chamado, o Papa Francisco dirigiu-se diretamente aos jovens economistas e empreendedores do mundo com seu convite provocador - “Vocês são o presente; o futuro é agora” -, as sementes plantadas pela *Laudato Si'* começaram a brotar com força inesperada. A carta-convocação mobilizou mais de 3.000 jovens de 120 países, sendo cerca de 500 apenas no Brasil, demonstrando a sede por alternativas que já fermentavam em todo o mundo.

A resposta brasileira foi particularmente vigorosa. A Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC) emergiu não apenas como reunião dos selecionados para o evento internacional, mas como verdadeiro movimento social que congregou centenas de jovens, acadêmicos e ativistas determinados a traduzir princípios em prática. Por todo o país, multiplicaram-se grupos de estudo, fóruns virtuais e encontros locais onde se discutia como transformar ideias e necessidades em cooperativas populares, negócios sociais e iniciativas comunitárias, ou seja, em respostas concretas ao chamado papal.

Fazer-se Carne: Experiências que Encarnam o Sonho

No Brasil, a ABEFC tornou-se catalisadora de iniciativas que davam corpo ao ideal de Francisco. As Casas de Francisco e Clara surgiram como espaços físicos onde teoria e prática se encontravam - locais de diálogo, formação e ação concreta. Em Campinas, o núcleo local destacou-se por suas iniciativas práticas: cozinha solidária que transformam alimentos em instrumentos de inclusão social; experiências de finanças solidárias e moedas sociais, nos quais tive o privilégio de participar, que democratizam o acesso às finanças e fortalecem economias locais; hortas urbanas que reconectam a cidade à natureza enquanto promoviam soberania alimentar; e educação popular, que transforma cada iniciativa em espaço de aprendizagem coletiva.

Este movimento de base foi acompanhado por uma produção intelectual relevante. Livros como “Realmar a economia”, “Outra economia é possível” e “O caminho se faz ao caminhar...” documentaram e sistematizaram essas experiências, criando pontes entre o conhecimento acadêmico e o saber popular³. O encontro presencial, em Assis, em setembro de 2022 tornou-se assim não um ponto de chegada, mas a face visível de um processo muito mais amplo e profundo que continuava a se desenvolver nas bases.

² Disponível em: <https://www.vatican.va>

³ Mais informações sobre essas obras, bem como cartilhas sobre o tema podem ser encontradas em: <https://economiadefranciscoeclara.com.br/biblioteca/>.

O Principal Ensino: “A Realidade é Superior à Ideia”

De toda esta jornada, guardo como maior aprendizado as palavras que o Papa Francisco nos dirigiu em Assis: “A realidade é sempre superior à ideia”⁴. Esta simples frase contém toda a sabedoria do processo. Não basta ter teorias brilhantes ou discursos bem-intencionados - é preciso usar as mãos, ouvir as comunidades, aprender com quem vive na pele as contradições do sistema.

Este ensinamento cai como luva no enfrentamento necessário ao rentismo e a especulação, que são sobretudo, uma ideia humana que nos dominou. Mas criticar a ideia não basta - é preciso criar alternativas concretas. A realidade das moedas sociais, dos bancos comunitários, das cooperativas de crédito que participei mostrou-me isso na prática. Quando o Papa insiste que “a realidade é superior à ideia”, está nos convidando a sair da crítica abstrata ao sistema financeiro para construir, aqui e agora, nas periferias e nos territórios, as sementes do novo sistema que queremos ver florescer. Esta talvez seja a maior lição: transformar a indignação em construção, a crítica em proposta, o sonho em realidade palpável.

A Economia de Francisco nos ensina que as verdadeiras alternativas não nascem em gabinetes ou laboratórios, mas brotam do chão das periferias, das cooperativas de catadores, das hortas comunitárias, dos bancos solidários. É lá, na realidade muitas vezes dura e complexa, que a verdadeira economia - aquela que serve à vida - está sendo tecida todos os dias, contra todas as probabilidades. A realidade, afinal, é sempre superior à ideia.

⁴ Disponível em <https://www.vatican.va>

A Questão Regional e o Impasse Municipalista:

Uma Breve Análise da Capacidade Fiscal dos Municípios



Caio Cezar Fernandes

Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP, pesquisador do GETETE-UNICAMP e GEPETIS-UFRN. Editor do Informativo Getete e da RERUT.

Email: ccezarfernandes@gmail.com

Municípios e a questão regional

Os Municípios são considerados a instância mais curta entre o Estado e a população. Isso se deve à sua natureza capilar e descentralizada, configurando-se como a unidade básica da organização do território nacional. Em razão dessa proximidade geográfica e administrativa, a Constituição Federal tornou-lhes entes federados e lhes atribuiu um conjunto expressivo de competências (Scaff, 2022), entre as quais se destacam a oferta de serviços de saúde e educação básicas⁵, o ordenamento do uso, ocupação do território e do solo urbano, e a prestação/concessão de serviços de transporte⁶ (CF, art. 30).

Sem perder de vista a grande diversidade étnica e cultural da população, bem como a dimensão continental do país atravessada pelas profundas desigualdades regionais (Macedo, 2023), era de se esperar que uma Constituição marcada pela ampliação de direitos democratizasse o Estado e conferisse autonomia aos entes municipais. Essa autonomia permitiria, dentro dos limites de suas atribuições, a formulação de políticas públicas mais sensíveis e adaptadas às realidades locais. O sentido finalístico atribuído a uma federação funcional e cooperativa é compartilhar a responsabilidade de gestão das políticas públicas entre entes federados ao farol dos objetivos da República, estabelecidos no artigo de número 3 da Constituição Federal. Dentre eles, destacam-se em nosso contexto os incisos: II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Por outro lado, é importante destacar que a correlação entre descentralização e democracia pode ser espúria ou, ao menos, limitada. A abertura constitucional que viabilizou a proliferação de novos Municípios pode ter sido instrumentalizada por interesses privados de natureza rentista e clientelista (ver Tavares, 2019). Nessa perspectiva, a multiplicação de entes municipais não foi uma expressão de aprofundamento democrático, mas o sintoma do enfraquecimento do Estado nacional no contexto da crise econômica e das dificuldades políticas de articular interesses diversos em torno de um

⁵ Em parceria com Estados e União.

⁶ Embora a constituição tenha estabelecido atribuições, não determinou limites para atuação de políticas públicas municipais. A título de exemplo, Municípios podem ofertar serviços educacionais de nível médio e superior, além do ensino básico.

novo projeto nacional de desenvolvimento com base democrática (Araújo, 1997; Cano, 2011; Pacheco, 1996).

A pretensão constitucional de criar um modelo de federalismo funcional e cooperativo foi tensionada por profundas transformações estruturais em seu tempo, marcadas pela crise do Estado desenvolvimentista, a intensificação da globalização e a ascensão do neoliberalismo (Pequeno, 2023). A ideia de que o crescimento e o desenvolvimento econômico deveriam ser orientados pelo mercado voltou a ser predominante entre formuladores de políticas e setores da academia. Com isso, instaurou-se um conflito duradouro e estrutural entre o modelo de Estado de Bem-Estar Social delineado pela Constituição, que em nenhum aspecto se assemelha a um Estado mínimo, e a condução das políticas econômicas e sociais que desembocaram na crise do próprio federalismo.

Esse conflito encontra expressão na agenda de reformas dos anos 1990, marcada por privatizações, abertura comercial e reorientação das políticas macroeconômicas com ênfase no controle da inflação e na responsabilidade fiscal (Lopreato, 2022). A efetivação dos direitos constitucionais ficou, assim, condicionada à lógica da austeridade (Fagnani, 2017). Paralelamente, o abandono das políticas estruturais de desenvolvimento regional contribuiu para o acirramento da competição entre os entes federados, cuja manifestação mais notória foi a intensificação da guerra fiscal (Cano, 2011; Macedo, 2023).

Esses processos produziram efeitos em múltiplas escalas e provocaram uma inflexão significativa na questão regional brasileira. As tendências regressivas da reestruturação produtiva geraram vetores de interiorização do crescimento em direção às novas regiões exportadoras de *commodities* no Centro-Oeste e Sul, avançando em direção ao Norte e Nordeste, ao passo que nas antigas regiões industriais no Sudeste e Sul passaram a experimentar crises prolongadas e processos de estagnação (Fernandes; Pereira, 2024; Macedo; Porto, 2018). Além das regiões, diga-se, em estagnação secular, as quais o crescimento e desenvolvimento econômico nunca alcançaram de fato, no interior das regiões Norte e Nordeste.

Assim, os Municípios novos e velhos enfrentaram condições muito diferentes em seus contextos regionais. Não obstante, o fato é que as competências Municipais são essenciais e guardam relação direta com as demandas cotidianas da população. No entanto, há um problema de origem: como assegurar a efetivação equitativa desses direitos fundamentais diante dessas desigualdades? Trata-se de uma questão de elevada complexidade, proporcional à própria tessitura do desenvolvimento desigual e dos mecanismos históricos que sustentam sua reprodução.

Desde Schumpeter (1997), compreendemos o desenvolvimento capitalista como impulsionado por um processo contínuo de criação e destruição de estruturas econômicas. No entanto, esse processo não ocorre de forma autônoma em relação às estruturas preexistentes. A história, nesse sentido, é uma dimensão contemporânea e irreversível das economias e cada trajetória regional carrega elementos que lhe são próprios. Ao tratar da persistência da

pobreza e da desigualdade, Myrdal (1968) argumentou que esses fenômenos, inseridos em seus contextos sociais, tornam-se causas de si mesmos. Isso implica reconhecer a existência de mecanismos históricos de reprodução dessas condições. Nessa perspectiva, o desenvolvimento requer necessariamente a ruptura com tais mecanismos — o que equivale, em alguma medida, a romper com a trajetória que os conformou.

No caso dos Municípios, cuja inserção se dá dentro de um contexto regional e nacional mais amplo, dificilmente as condições para uma ruptura com o subdesenvolvimento podem emergir de forma endógena e independente. Um exemplo paradigmático é o dos pequenos Municípios situados no interior do Norte e Nordeste. Em geral, trata-se de locais com estruturas produtivas extremamente simples, caracterizadas por elevado desemprego estrutural, dependência da administração pública, baixa renda per capita e padrões limitados de consumo. Essas condições impactam diretamente a capacidade de arrecadação local e, conseqüentemente, o volume e a qualidade do gasto público. O resultado é a oferta insuficiente e precária de serviços públicos, perpetuando a exclusão social e econômica e reforça o ciclo vicioso do subdesenvolvimento.

É evidente que esses Municípios não existem em isolamento; ao contrário, estão inseridos em redes territoriais mais amplas, marcadas por relações desiguais de interdependência. Contudo, essas interações muitas vezes reforçam as armadilhas de pobreza. Os pequenos Municípios tendem a ocupar posições subordinadas na hierarquia urbano-regional, caracterizadas por fluxos assimétricos que concentram consumo, investimento e emprego nos centros urbanos mais desenvolvidos.

Essa lógica é intensificada pelo surgimento de tendências migratórias e pelos movimentos pendulares de trabalhadores e estudantes que se deslocam para cidades maiores em busca de emprego, educação e acesso a serviços básicos. O resultado é um ciclo de reprodução das desigualdades, em que fatores locais e não-locais se reforçam e interditam quaisquer possibilidades de desenvolvimento de Municípios menores.

Uma breve análise da questão fiscal

A Constituição de 1988 ampliou as responsabilidades dos Municípios ao lhes atribuir competências essenciais para o desenvolvimento nacional. Paralelamente, promoveu um redesenho do federalismo fiscal, descentralizando parcialmente a arrecadação, sobretudo em favor dos Estados, sem, contudo, alterar de forma substancial a estrutura tributária vigente. Manteve-se, por exemplo, a lógica dos antigos instrumentos de transferência de recursos, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Participação dos Estados (FPE), ambos originalmente instituídos pelo Código Tributário Nacional de 1966.

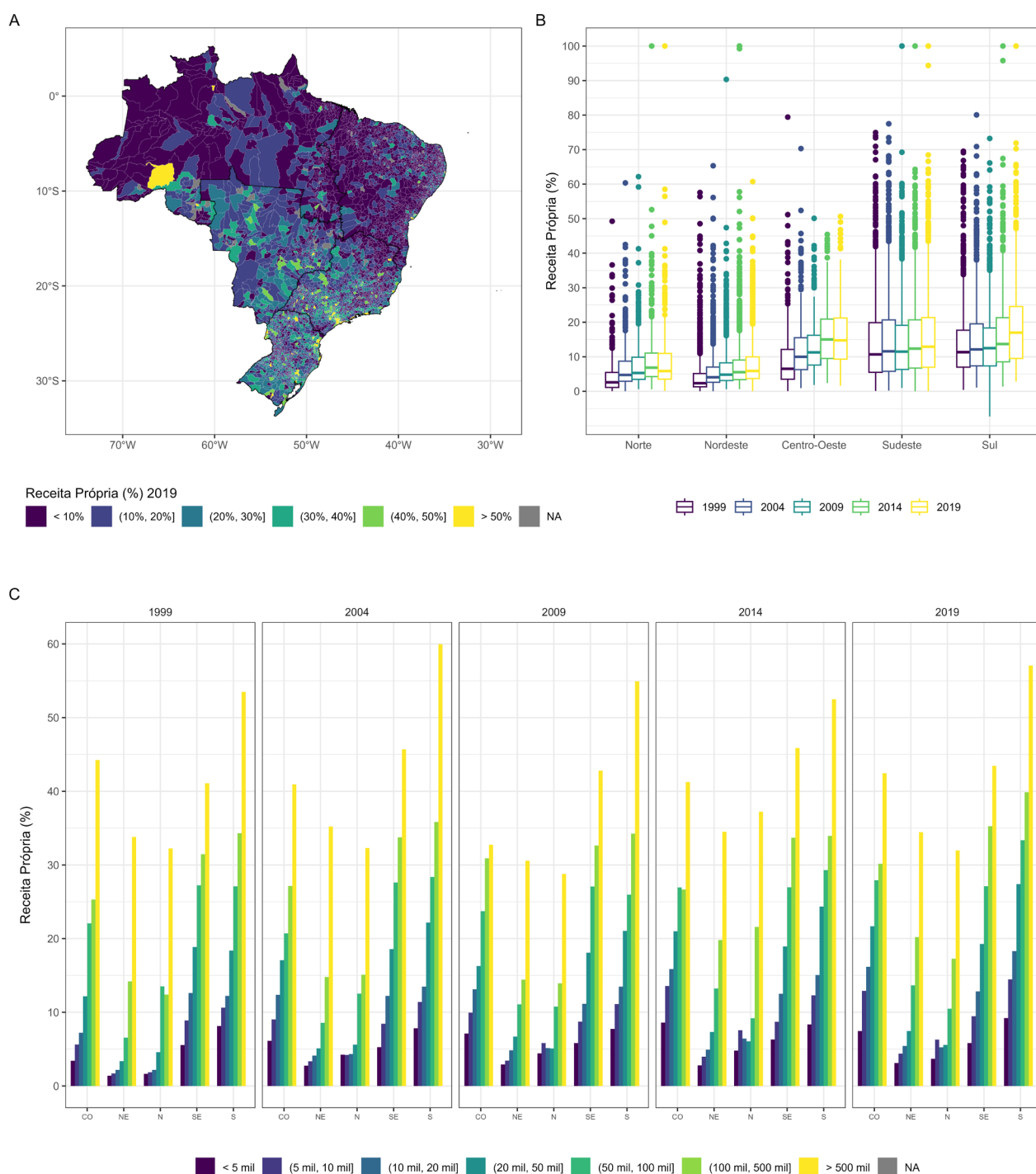
Esse redesenho, no entanto, não resolveu a questão central da desigualdade na capacidade fiscal entre os entes subnacionais, fortemente influenciada pelas

disparidades regionais e urbanas. Os tributos de competência exclusiva dos Municípios, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Serviços (ISS), possuem um potencial de arrecadação que, como outros impostos, apresentam uma relação intrínseca com o dinamismo econômico, o porte populacional e a taxa de urbanização. Além desses aspectos, a qualidade da governança municipal. Assim, a possibilidade de planejar, financiar e implementar políticas públicas autonomamente é profundamente desigual entre os Municípios. A figura 1 apresenta evidências nesse sentido.

Embora o desenho institucional do federalismo brasileiro tenha permanecido, o cenário macroeconômico sofreu transformações com um novo ciclo de crescimento econômico. Os fundamentos desse ciclo foi uma combinação de efeitos da política econômica doméstica e do crescimento expressivo de exportações de *commodities* (Serrano; Summa, 2015, 2018). O crescimento possibilitou avanços significativos na implementação das políticas essenciais e afetou direta e indiretamente a capacidade fiscal dos Municípios.

Na figura 1, gráfico B, os diagramas de caixa comparam a proporção de receita própria em relação à receita corrente nos anos entre 1999 e 2019, organizados pelas cinco grandes regiões do país. Em primeiro plano, mesmo entre Municípios das regiões Sul e Sudeste a capacidade mediana de arrecadação própria correspondia, respectivamente, a 11,3% e 10,7% em 1999. Nos Municípios das regiões Norte e Nordeste essa estatística era de 2,58% e 2,34%, enquanto os do Centro-Oeste ocupavam uma posição intermediária (6,53%).

Figura 1. Receita própria em proporção de receita corrente dos Municípios (%).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tesouro Nacional e IBGE.

A) Mapa temático por intervalos em 2019.

B) Diagramas de caixa em anos selecionados.

C) Medianas de Municípios por Regiões e porte populacional em anos selecionados.

São proporções consideravelmente baixas, indicando que a possibilidade de autonomia fiscal entre Municípios são exceções, quase exclusivamente observadas em grandes cidades e suas áreas metropolitanas no Sudeste e no Sul. A figura 1 também indica a indissociabilidade desse problema em relação

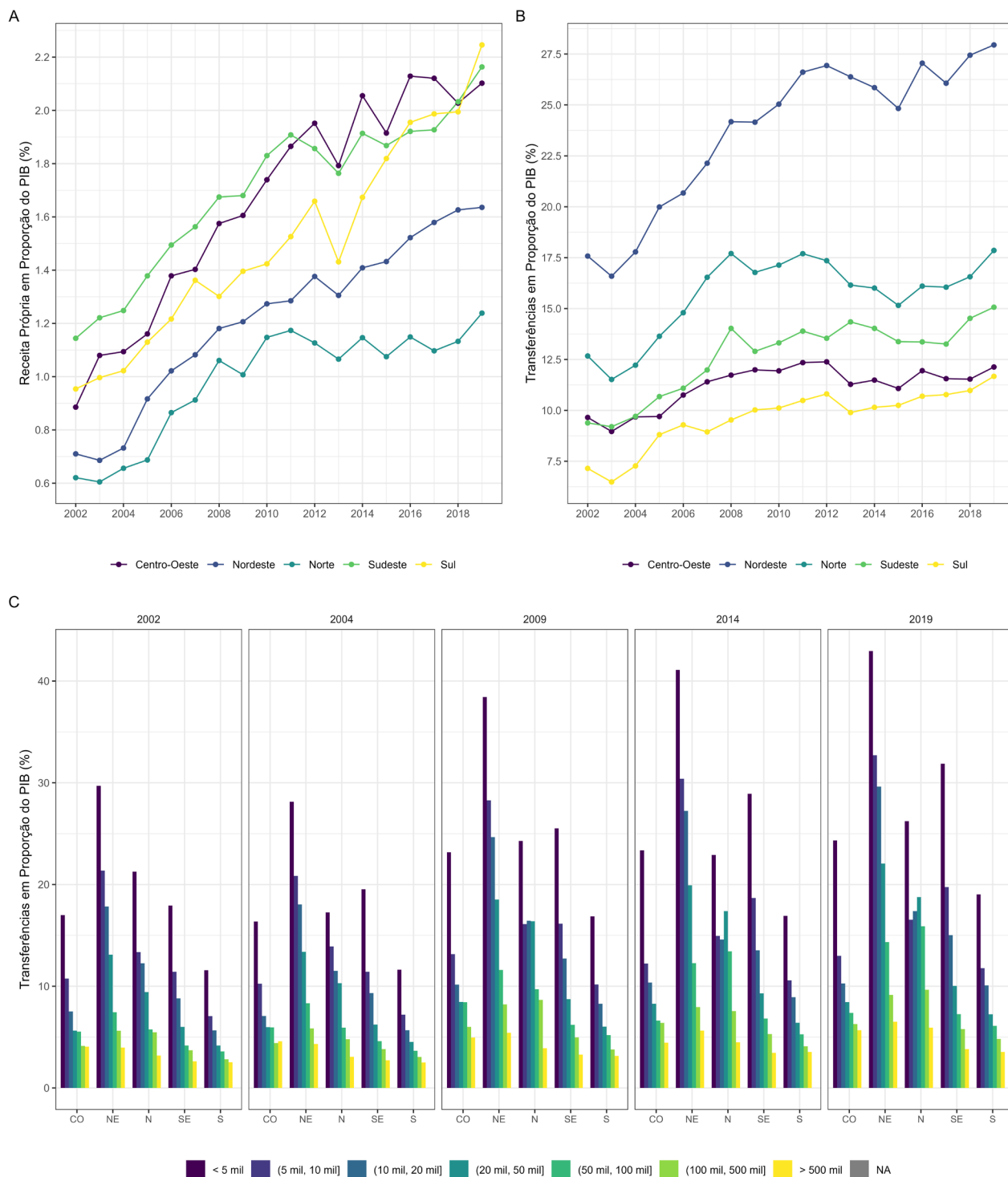
as desigualdades regionais, com um claro padrão em que predominam, e persistem temporalmente, entes com baixa capacidade de arrecadação nas regiões Norte e Nordeste.

Em segundo plano, destaca-se que no período entre 1999 e 2019 os Municípios aumentaram marginalmente sua autonomia fiscal. Contudo, esse avanço foi insuficiente para promover qualquer tendência de autonomia plena, e reproduziu as desigualdades regionais pré-existentes. A única transformação significativa, nesse particular, ocorreu entre Municípios da região Centro-Oeste, cuja mediana avançou superando, inclusive, a observada entre Municípios do Sudeste. Refletindo, em alguma medida, o forte crescimento econômico em razão da posição privilegiada que a região obteve com a inserção internacional do país como exportador de *commodities* agrícolas.

A figura 2 apresenta outros indicadores, detalhando a dinâmica das receitas próprias e das transferências da União e dos Estados para os Municípios, ambos em proporção do PIB. As medianas em todas as regiões aumentaram, indicando um incremento no esforço fiscal de arrecadação e, conseqüentemente, na capacidade endógena de gasto em relação ao tamanho da economia local, que resulta ainda muito pequeno. Em Municípios do Sul, Sudeste e Centro-Oeste a mediana de receita própria alcançou patamares de 2% do PIB. Também progrediu no Nordeste e no Norte, mas em escala consideravelmente menor e com ampliação das divergências regionais.

O impacto mais significativo da ascensão e declínio do ciclo sobre a capacidade fiscal dos Municípios se deu através das transferências. Apesar dos avanços em termos de arrecadação própria, as transferências fiscais da União e dos Estados continuam sendo os principais determinantes para a sustentabilidade fiscal e econômica dos Municípios. A figura 2, no gráfico B, corrobora essa afirmação e, ainda, demonstra que as transferências têm maior peso proporcional entre Municípios das regiões menos desenvolvidas: Norte e Nordeste. A figura mostra também que as transferências cresceram substancialmente em proporção do PIB até 2012, ou seja, cresceram medianamente em um ritmo superior a expansão do produto interno bruto dos Municípios. No caso do Nordeste, por exemplo, a mediana da proporção entre transferências e PIB municipal aumentou cerca de 10 pontos percentuais entre 2002 e 2019.

Figura 2. Receita própria e transferências em proporção do PIB dos Municípios (%).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e Tesouro Nacional. A) Medianas de receita própria em proporção do PIB por Regiões. B) Medianas de transferências de Estados e da União em proporção do PIB por Regiões. C) transferências de Estados e da União em proporção do PIB por Regiões e porte populacional em anos selecionados. Nota: Todos os valores estão constantes a preços de 2019. Receitas e transferências foram deflacionadas utilizando IPCA, para o PIB dos Municípios foram utilizados deflatores construídos para seus respectivos Estados com base nas séries encadeadas do Sistema de Contas Regionais.

Mas a assimetria regional nas transferências, expressa nas mediana de proporção do PIB, deve ser interpretada com cautela. Esse indicador não implica, necessariamente, que as transferências sejam efetivamente distributivas, no sentido de corrigirem desigualdades regionais. Tampouco significam que o tamanho do Estado e o nível de serviços públicos sejam maiores em termos absolutos em regiões mais pobres. O que se revela, sobretudo, é a fragilidade estrutural dessas regiões e o menor dinamismo histórico do setor privado. Por outro lado, também reflete a descentralização da estrutura administrativa do Estado, e a oferta de serviços públicos garantidos pela Constituição como direitos fundamentais. São estruturas que seguem uma lógica não-competitiva, que não se orientam pelas dinâmicas típicas de localização e investimento do setor privado.

Merece algum destaque a relação entre as transferências fiscais, capacidade fiscal própria e a conjuntura econômica. Entre 1999 e 2004, período marcado pela consolidação do tripé macroeconômico, observa-se um aumento na participação da receita própria na composição das receitas municipais (figura 2, gráfico A). No intervalo entre 2004 e 2014, caracterizado pelo crescimento econômico, verifica-se uma redução marginal da arrecadação própria em termos relativos. Já entre 2014 e 2019, período de crise e estagnação econômica, há novamente um aumento na proporção de arrecadação própria. Esse movimento está associado, sobretudo, mais ao caráter pró-cíclico das transferências que a dinâmica da arrecadação municipal: visto que em momentos de desaceleração, o volume de recursos transferidos tende a cair devido à queda na arrecadação da União e de Municípios (figura 2, gráfico B).

Resta ainda analisar a dinâmica dos Municípios segundo seu porte populacional (Figuras 1 e 2, gráficos C). Como já mencionado, há uma relação exponencial e positiva entre o tamanho da população e a autonomia fiscal municipal. A principal razão reside na amplitude da base de incidência dos tributos de competência local, como o ISS, o IPTU e o ITBI. Nas grandes metrópoles, a quantidade, a diversidade e a sofisticação dos serviços prestados são significativamente maiores em comparação com cidades que ocupam posições inferiores na hierarquia urbana. Do mesmo modo, a extensão da área urbana e a maior capacidade contributiva da população ampliam a arrecadação. Já nos pequenos municípios, essas condições são limitadas.

Os dados desagregados por região e faixas de população, entre 1999 e 2019, permitem uma análise mais refinada dessa dinâmica. De maneira geral, observa-se que os municípios maiores, especialmente os com mais de 500 mil habitantes, apresentam consistentemente os maiores níveis de arrecadação própria ao longo de todo o período, ainda que sujeitos a oscilações conjunturais. Em contrapartida, os pequenos municípios, com menos de 10 mil habitantes, mantêm baixa autonomia fiscal e forte dependência de transferências intergovernamentais.

No Sul e Sudeste, essa hierarquia é mais nítida. Nessas regiões, mesmo os municípios de médio porte, entre 20 mil e 100 mil habitantes, já atingem patamares de arrecadação própria superiores aos dos grandes municípios do Norte e do Nordeste. A região Norte apresenta uma estrutura particularmente desigual. Municípios pequenos e médios, sobretudo aqueles com menos de 50 mil habitantes, mantêm baixos índices de arrecadação, que inclusive recuam em alguns anos. Em contraste, municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes tiveram um aumento expressivo entre 2004 e 2014, refletindo o crescimento econômico da década, mas sofreram retração após 2014, com os impactos da crise econômica e a queda nas transferências.

No Nordeste, os dados revelam uma lenta, porém contínua, elevação da arrecadação própria ao longo das duas primeiras décadas do século XXI. Municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes, por exemplo, viram sua arrecadação quase duplicar entre 1999 e 2019. No entanto, mesmo com esse avanço, os níveis médios continuam significativamente abaixo das demais regiões mais desenvolvidas, o que evidencia a persistente desigualdade estrutural na capacidade fiscal dos entes locais.

O caso do Centro-Oeste chama atenção por apresentar aumentos expressivos entre 1999 e 2014, com destaque para os municípios entre 10 mil e 50 mil habitantes. Isso reflete em parte o dinamismo econômico da região, impulsionado pelo agronegócio e pela expansão das atividades urbanas. No entanto, o desempenho após 2014 varia bastante entre faixas populacionais, com municípios de menor porte apresentando estagnação ou leve queda, enquanto os maiores mantêm crescimento moderado.

Essas tendências reafirmam a importância do porte municipal e do contexto regional na determinação da autonomia fiscal. Municípios maiores e inseridos em regiões com economias mais desenvolvidas contam com maior arrecadação própria e, portanto, menor dependência das transferências. Já os pequenos municípios, especialmente das regiões Norte e Nordeste, permanecem fortemente dependentes do Estado como indutor da economia local, seja pela prestação de serviços públicos, seja pela transferência de recursos constitucionais e voluntários.

Agendas de Pesquisa

Dinâmica Territorial, Desenvolvimento Regional e as Particularidades Desencadeadas pelo Sistema de Educação Superior em Espaços Interiores do Nordeste



Wellington Rodrigues da Silva

Doutorando em Desenvolvimento Econômico IE/UNICAMP.

Email: w289246@dac.unicamp.br

A educação possui a capacidade de gerar transbordamentos sobre toda a sociedade, promovendo desenvolvimento, transformações econômicas, sociais, culturais, intergeracionais e mudança de hábitos. Além disso, possui a capacidade de modificar a estrutura de um país, território, região e comunidade, diante disso, é preciso dotar os territórios com esse mecanismo de transformação, objetivando expandir o desenvolvimento igualitariamente. Brandão (2008) afirma que desenvolvimento se dá mediante as transformações estruturais e interações sociais que ampliam as oportunidades de determinado ambiente social. É preciso criar um ambiente favorável, de ação coletiva, com envolvimento de atores sociais e políticos, utilização de recursos próprios, relacionados àquele espaço, para gerar liberdade decisória e autodeterminante (Brandão, 2008).

Com o advento das disparidades entre as regiões, a questão sobre o desenvolvimento ganha novos contornos. Segundo Oliveira (2021, p. 206), “a desigualdade regional é identificada como a principal responsável por uma série de efeitos nocivos ao desenvolvimento socioeconômico no âmbito das regiões econômicas desenvolvidas e em desenvolvimento”.

Os teóricos do desenvolvimento regional tinham como elemento comum a determinação do desenvolvimento em alguns espaços e como os fatores explicam as disparidades regionais. Lima e Simões (2009) ressaltam que tais teóricos estavam preocupados em determinar as vantagens ou desvantagens, comparativamente, em cada região econômica, analisando a migração de capitais e como essa (migração) modificaria a estrutura daquela região.

Diante das construções teóricas sobre o desenvolvimento, as abordagens regionais passam a ter um caráter mais interno, endógeno, tomando o desenvolvimento como um caráter local, incorporando fatores menos tangíveis, incluindo as instituições e agentes locais (Monasterio; Cavalcante, 2011). Amaral Filho (2001) aponta que a Teoria do Desenvolvimento Endógeno é entendida como o processo de crescimento econômico na qual há uma ampliação de valor sobre a produção, além da melhor capacidade de absorção das regiões,

gerando excedentes produtivos, que possibilita atração de fatores de outras regiões, promovendo ampliação dos postos de trabalho e maiores rendas nas localidades.

Com a Teoria de Desenvolvimento Endógeno, novas variáveis passaram a agregar o processo de desenvolvimento regional. Araújo (2014) destaca variáveis endógenas inerentes ao desenvolvimento como capital humano, capital social, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e informação passaram a ser fatores determinantes do desenvolvimento regional e local.

É dentro dessa concepção do endógeno que surgem as abordagens sobre o território e desenvolvimento territorial. Segundo Bellingieri (2017, p. 17), “o desenvolvimento endógeno supõe o território como fator estratégico de desenvolvimento, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, enraizadas nas condições locais, de *baixo para cima*”. “O território não é, portanto, só uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade humana, social, cultural e histórica” (Costa *et al.*, 2021, p. 186).

Deve-se pensar o território como um espaço além de suas delimitações territoriais, incluir elementos, componentes, pessoas, dinâmicas, recursos e objetos que fazem parte daquele espaço. Atribui-se ao território um conjunto de ações construídas de maneira histórica, ocorridas em diversos momentos, concretizando e formando novas e diferentes paisagens (Saquet, 2009). Para Costa *et al.* (2021), a noção de território vai além da questão física, envolve uma organização social e complexa, construída por laços, onde se sobressaem os aspectos naturais.

Saquet (2009, p. 81) associa o território como “produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade”. O autor ainda ressalta que esse território é apropriado pela sociedade em determinado ambiente, pode ser construído, utilizando diversas variáveis e relações (Saquet, 2009), a depender de quem são os protagonistas e o meios utilizados.

O território pode englobar vários elementos como sociais, culturais e patrimoniais, sendo assim definido em correlação com algum dos aspectos em determinado espaço. Medeiros (2009) destaca que o território está ligado às questões de pertencimento e identificação, principalmente ao aspecto cultural, e um lugar de poder, ligado ao âmbito político. A autora enfatiza que o território traz esse elo do espaço, algo relacionado a uma mesma identidade, com pessoas que possuem um mesmo sentimento para com o território. Raffestin (2009) aponta que a construção do território se dá por meio da projeção de trabalho, feito pelo homem naquele local, fazendo com que haja uma transformação no território que busque atender as necessidades daquele grupo. O homem vai transformar aquele espaço em um território habitável a suas necessidades, tanto sociais, como políticas e culturais.

Apartir das definições de território surge, complementarmente, a distinção de desenvolvimento territorial. Corrêa (2009) ressalta que o desenvolvimento

territorial se tornou foco de debate quando os atores locais ganharam papel de destaque na geração de transbordamentos positivos, atuando em conjunto com políticas públicas pelos entes federativos. De acordo com Dallabrida *et al.* (2021), a abordagem dessa categoria de desenvolvimento (territorial) surge como um novo paradigma no campo das ciências, tendo como foco as múltiplas concepções dadas ao território. Para Pecqueur (2005, p. 12) “o desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico”.

O desenvolvimento territorial surge como uma nova roupagem do desenvolvimento, em que o enfoque passa a ser as particularidades, as ações e envolvimento dos atores no território como promotores do desenvolvimento. Assim, Pecqueur (2005, p. 12) define que “o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leva à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”. Para Dallabrida *et al.* (2021), o avanço dado à compreensão do desenvolvimento, em especial, territorial, parte da ideia de que o território possui um grau de importância na construção do desenvolvimento. Essa concepção de desenvolvimento territorial tem se configurado como uma relação particular de desenvolvimento, adotando o território como um espaço de referência para alavancagem desse processo. De acordo com Dallabrida (2020), esse desenvolvimento será um processo de integração, sendo ele dentro do território, quanto no território, através de uma integração vinda externamente.

De acordo com Costa *et al.*, (2021), para compreender o processo territorial do desenvolvimento, é necessário analisar as várias definições de território e observar com cautela cada tipo de problemáticas condizente com a realidade. Para Dallabrida (2020), para entender e compreender qualquer abordagem sobre o território e o desenvolvimento territorial, deve-se iniciar pelos elementos que compõem o território, suas particularidades, valores, recursos disponíveis, ativos, ou seja, tudo que está inserido naquele território.

Novos atores começam a configurar as dinâmicas territoriais e urbanas, ou seja, os espaços locais iniciam o processo de desenvolvimento que pode transbordar para outras regiões. É, nesse contexto que as Instituições de Ensino Superior (IES) passam a figurar no debate sobre o desenvolvimento regional e territorial.

Nessa nova perspectiva, a Educação em todos os seus níveis e, com destaque para a Educação Superior, ganha espaço relevante de promoção do desenvolvimento com redução de assimetrias. A Educação Superior, através das Instituições de Ensino superior (IES) passaram a ser importantes no processo de desenvolvimento, pois as suas atribuições passaram a se constituir como atores para o sistema de inovação (Vieira, 2017). As IES têm se configurado como importantes instrumentos de redução das disparidades educacionais no Brasil e no mundo, sua configuração no desenvolvimento territorial das cidades e regiões proporcionaram fatores dinâmicos para esses espaços.

A educação superior propõe importantes configurações no território em que se insere, influenciando na dinâmica urbana e espacial das regiões, modificando a estrutura e contribuindo para seu desenvolvimento. As Universidades auxiliam no processo de desenvolvimento das cidades, incorporando, ao contexto urbano e regional, transformações na sua morfologia, nas bases da estrutura econômica, promovendo influência na sua imagem em âmbito global (Baumgartner, 2015). Causam impactos positivos, especialmente com as atividades e serviços promovidos dentro da instituição (Vieira, 2017), aumento populacional, demandando infraestrutura e oferta de serviços de qualidade, o que promove configurações espaciais no território (Pinheiro, 2013).

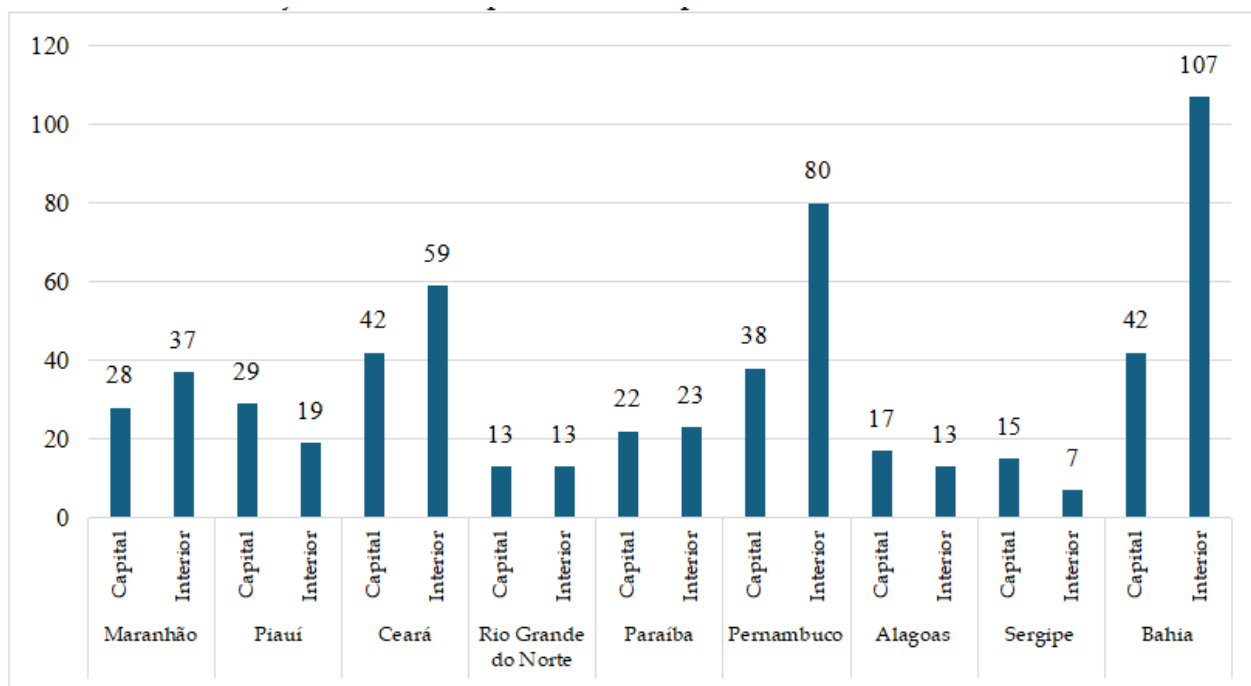
As cidades médias se configuraram como importantes espaços dinâmicos capazes de instituir IES, como apontam Dantas e Clementino (2014). Localizadas longe dos grandes centros urbanos, sendo beneficiadas de forma limitada com serviços educacionais, especialmente em nível superior, essa dinâmica contribuiu para seu desenvolvimento e dos municípios circunvizinhos, além de auxiliar na expansão dessa modalidade de educação para a população interiorana. Tal expansão possibilitou a ampliação do raio de atuação de municípios médios e pequenos em um grau maior de influência regional, dado seus aspectos econômicos, políticos e demográficos (Maia; Strohaecker, 2022).

A expansão da educação superior foi, portanto, um importante marco de reestruturação do ensino e possibilitou a inserção de diversas cidades (pequenas e médias) na dinâmica do ensino superior, impondo-lhes significativo impacto, já que não estavam preparadas para receber tamanha instituição. Esse impacto significativo está associado às dinâmicas, antes observadas, na qual as IES eram instaladas nas capitais federais, concentrando o ensino, a oferta de vagas e de cursos, dificultando o acesso da população que estava concentrada no interior (Gumiero, 2022).

Tendo em vista a demanda da população por acesso ao ensino superior, a distância do interior dos grandes centros educacionais localizados majoritariamente nas capitais e a pouca oferta de vagas nas IES existentes, fez-se necessário expandir e criar novas instituições fora das capitais, surgindo, a partir dessa dinâmica, o processo de interiorização do ensino superior. Esse processo, direcionando às instituições para as cidades médias, foi importante para o desenvolvimento da rede urbana (Dantas; Clementino, 2014), dado que há um dinamismo diferenciado nesses núcleos urbanos.

Com base em dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio da Sinopse Estatística da Educação Superior 2023, é possível observar a distribuição do quantitativo de IES na capital e interior. Nota-se a concentração de instituições no interior em estados como Bahia, Pernambuco e Ceará, na qual o interior apresenta um quantitativo superior em relação às capitais. Apesar dos valores absolutos inferiores, em alguns Estados, nota-se uma dispersão de instituições para o interior da região.

Gráfico 1 – Distribuição de IES na capital e interior por UF no Nordeste 2023



Fonte: Elaboração com base nos dados da Sinopse Estatística da Educação Superior 2023.

O entendimento sobre as contribuições das IES sobre o desenvolvimento territorial torna-se importante fonte de estudo para compreender como essas instituições podem se configurar e dinamizar os territórios nas quais estão se instalando e quais os desdobramentos econômicos, educacionais, sociais, culturais, políticos e científicos podem ser observados naquele território.

Segurança Alimentar e Nutricional e Produção de Alimentos no Brasil:

Desafios da Produção Camponesa e Familiar de Alimentos



Lilian de Pellegrini Elias

Pesquisadora no Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Cepa/Epagri) Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp.
Email: lilianelias@epagri.sc.gov.br

O Brasil enfrenta o paradoxo histórico de ser um dos países que mais produz alimentos do mundo sem ser capaz de promover segurança alimentar e nutricional (SAN) para sua população. A insegurança alimentar leve e moderada – marcada pela falta de acesso regular a alimentos saudáveis e sustentáveis – e a insegurança alimentar grave – ou fome – persistem no território. Esse cenário se agrava diante do aumento do preço dos alimentos desacompanhado da recomposição do poder de compra da população.

A alta dos preços dos alimentos no Brasil é um traço recorrente de uma economia inserida de forma subordinada no sistema agroalimentar global. A agricultura desempenha como principal papel a busca por divisas com o propósito do equilíbrio da balança comercial. É este contexto que faz com que os sistemas alimentares sejam moldados por relações econômicas e de poder que privilegiam a produção em larga escala voltada para a exportação, em detrimento de sistemas locais diversificados e da alimentação da população.

No Brasil, essa dinâmica se expressa nos preços internacionais atrativos atrelados ao câmbio e do apoio estatal às cadeias de *commodities* voltadas para a exportação via investimentos, crédito rural, isenções fiscais e demais incentivos e subsídios. O resultado é a concentração da terra para a produção de *commodities* como soja, milho e carne, enquanto a produção de alimentos básicos para o mercado doméstico – como arroz, feijão, hortaliças e frutas – fica relegada em grande medida a uma lógica de subsistência e à mercados regionais fragilizados. O aumento do preço dos alimentos é uma das consequências da priorização do setor exportador em detrimento do abastecimento interno.

No sistema alimentar as consequências são observadas desde a produção até o consumo. Na produção, a agricultura familiar e camponesa, que cumpre papel relevante na disponibilidade doméstica de alimentos, enfrenta custos crescentes (insumos, transporte, energia). A distribuição e o processamento de alimentos, por sua vez, expõem como os sistemas alimentares hegemônicos são marcados por cadeias longas e concentradas, nas quais intermediários (atacadistas, redes varejistas, indústrias processadoras) detém a maior parte da renda, enquanto produtores e consumidores ficam em posições subordinadas.

No consumo, o poder de compra da população é insuficiente para garantir incentivos para uma produção sustentável. O resultado dessa dinâmica são os baixos preços recebidos pelos agricultores camponeses e familiares e os altos preços pagos pelos consumidores revela a precariedade do sistema alimentar brasileiro.

Do lado do agricultor camponês e familiar, essa dinâmica resulta na venda de sua produção a preços pouco remuneradores. Do lado da população, a renda insuficiente a faz recorrer a alimentos ultraprocessados – mais baratos e menos nutritivos –, perpetuando um ciclo de má alimentação e doenças crônicas.

A crise alimentar no Brasil não será resolvida sem enfrentar duas questões centrais que são: a renda insuficiente da população e a ausência de claro apoio à produção alimentar saudável voltada para o mercado doméstico. Enquanto os salários não forem capazes de propiciar à população o acesso a uma alimentação adequada e saudável, a demanda por alimentos saudáveis seguirá restrita, não incentivando a ampliação da produção. Além disso, a atual priorização dada à produção voltada ao mercado externo de *commodities* precisa ser contrabalançada por políticas públicas robustas de apoio à produção doméstica.

A saída passa por uma reorientação do modelo de desenvolvimento. A agricultura familiar e camponesa, se adequadamente apoiada, pode ser a base de um sistema alimentar mais justo, sustentável e capaz de garantir o direito humano à alimentação. Enquanto isso não ocorrer, seguiremos convivendo com o paradoxo de um país que alimenta o mundo, mas não consegue alimentar sua própria população.

Encontros GETETE

Um olhar para Angola

Francisco Esteves

Por Fernando Macedo

O professor Francisco Patrício Esteves, do Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC), de Angola, foi o convidado do 57º Encontro Getete, que abriu as atividades do grupo em 2025. O tema da apresentação foi **Angola e os desafios do Desenvolvimento Econômico**. O palestrante sintetizou as reflexões que vem fazendo nos últimos sete anos sobre a economia de seu país, tema de seu próximo livro. Para desenvolver os argumentos, baseou-se em dois artigos de sua autoria: um de 2017 e outro de 2024.

Ele iniciou sua palestra observando o papel do continente africano na economia mundo desde o capitalismo comercial – como fornecedor de escravizados – até os dias de hoje – como fornecedor de matérias-primas. A dependência dessas últimas “levou o continente à subordinação dos grandes centros financeiros ocidentais” (Esteves, 2017, p. 73). Para Esteves, mesmo alcançando a sua descolonização política, a África falhou na independência econômica, ao não diversificar suas atividades produtivas. O palestrante apresentou algumas interpretações sobre o persistente subdesenvolvimento africano, organizando-as em três vertentes que se intercomunicam e circulam na realidade angolana.

A primeira vertente, para a qual não há fundamentação teórica, segundo Esteves, é a que ele denomina **Afro-pessimismo**, ou seja, uma visão racializada que vê o povo do continente como inferior – ou mesmo como um povo condenado aos olhos de Deus – e que justificou a escravização colonial. No geral, tal inferioridade significaria responsabilizar o negro por seu atraso e buscar, no exterior, a solução para os problemas do continente.

A segunda é a das **Afro-fragilidades dos Estados**, isto é, uma vertente de caráter institucional que vê a tragédia africana como resultado de uma suposta debilidade das instituições do Estado que se resume nas más políticas e no mau governo.

A terceira é a **Afro-dependência de matérias-primas**, uma vertente teórica, como já deve ter percebido o(a) leitor(a), em consonância com a tradição histórico-estrutural latino-americana. Por ela, a dependência de matérias-primas e o caráter extrovertido de suas economias herdados do passado colonial são a razão do subdesenvolvimento africano.

A segunda parte da apresentação, mais demorada, foi para discutir, numa perspectiva histórica, a realidade de Angola desde a descolonização formal. Esteves lembrou que após 1975, alcançada a independência, o país viveu por

27 anos conflitos internos entre os grupos políticos que de alguma forma representavam as distintas etnias do norte, do centro e do sul de Angola. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de orientação socialista, proclamou a independência, mas a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiadas pelos EUA, entraram em conflito armado contra o Estado oficial, o que levou a quase três décadas de guerra civil no país.

O resultado foi que o país independente se defrontou com uma economia arrasada após tantos anos de conflitos e marcada por traços coloniais primário-exportadores centrados em algumas mercadorias principais (petróleo bruto, diamantes, café e algodão).

Como Esteves lembrou na palestra e escreveu em seu texto,

[...] o compromisso do novo Estado era de modificar essa realidade com implantação de políticas que assegurassem o crescimento econômico e o bem-estar da população. Para isso, o Estado angolano montou uma máquina produtiva estatal sob a direção centralizada e planificada da vida econômica, onde toda a atividade econômica seria orientada pelo Plano Nacional (Esteves, 2024, p. 1).

Aquilo que Esteves nomeou como Angola Socialista (1975-1991) vai ser dividido em dois períodos. O primeiro foi o compromisso do governo independente (entre 1975 e 1988), de viés socialista, que buscou suplantiar os limites da economia herdada do passado colonial por meio da planificação centralizada, da formação de quadros técnico-científicos e de um compromisso social com a distribuição de renda. Houve nacionalização com estatização do setor produtivo deixado pelo colonizador português. Os objetivos de mudanças estruturais na economia, infelizmente, não foram alcançados.

A centralização planificada sem os quadros técnicos para tal e sem a experiência do que isso significava, o fracasso do modelo produtivo de nacionalização e a impossibilidade de distribuir renda num cenário de desorganização do setor produtivo conduziram as políticas adotadas ao fracasso, segundo Esteves. A formação de quadros no exterior foi um projeto robusto, mas não se vinculou a uma política de desenvolvimento em Angola e não aproveitou adequadamente o grande número de estudantes angolanos formados no estrangeiro.

A crise do petróleo, a guerra civil e o conflito com a África do Sul, que invadiu Angola, marcam o segundo período do governo (1988 a 1991), que Esteves denominou “A crise do governo socialista”. A queda do bloco socialista europeu, que dava apoio financeiro a Angola, se somará a esse quadro crítico.

O país entrou numa fase de “Economia de Mercado” (1992-2025). O período de 1992 a 2002 será marcado por reformas sob os auspícios do Consenso de Washington e orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), a que

o país teve de recorrer para se financiar. Substituir o sistema de planificação centralizada pelo mercado, desestatizar a economia, controlar o déficit público e a inflação foram objetivos visados nos marcos do neoliberalismo, como se deduz da interpretação do autor.

O professor lembrou que o Plano de Ação do Governo (PAG) colocado em prática em Angola foi uma cópia do plano Collor implementado no Brasil. As políticas adotadas fracassaram, e uma das explicações é o forte clientelismo que beneficiou os aliados do Estado, entre os quais os rentistas que se apropriaram das rendas do petróleo. A situação se agravou porque a guerra civil voltou com mais força após a UNITA não reconhecer os resultados das eleições de 1992.

Findada a guerra civil em 2002, o governo angolano iniciou negociações para acessar recursos internacionais, as quais culminaram com o “Consenso de Beijing”, periodizado por Esteves entre 2002 e 2017. As desavenças com o FMI aproximaram Angola da China. Os dois países celebraram acordos de cooperação, sendo a participação angolana representada pelo fornecimento de matérias-primas. Esteves aponta que a China, diferentemente do FMI e dos países ocidentais, não impunha regras restritivas, tampouco se preocupava se Angola era democrática ou não. Essa aproximação com a China foi fundamental para a reconstrução do país africano e estimulou seu crescimento. A prioridade inicial da cooperação foi a (re)construção da infraestrutura que fora destruída pela guerra.

O superfaturamento das obras e o desvio dos recursos provenientes da renda do petróleo – cujos preços cresceram muito, impactando favoravelmente a arrecadação – interditaram o crescimento sustentado da economia angolana. Esteves sugere, em decorrência dessas apropriações indébitas, que houve uma acumulação criminosa do capital no período. Formou-se uma elite em torno do Estado, com pendores nepotistas, que recebeu benesses para ativar o setor produtivo privado. Uma parte majoritária da população, no entanto, continuou na pobreza, que não teria diminuído a despeito do ciclo de crescimento.

Os gastos públicos se ampliaram, mas foram direcionados ao consumo e não ao investimento; portanto, não cumpriram o objetivo de promover a mudança estrutural da economia com que os governos pós-independência se comprometeram. Ademais, não se investiu em ciência, tecnologia e inovação (CT&I): segundo Esteves, há certa concepção gerada do passado colonial recente de que a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) devem vir de fora, com os investimentos se concentrando na formação de quadros pelas universidades. Essa situação muda um pouco em 2021, quando um volume maior de recursos foi direcionado à pesquisa pelo governo de Angola.

A queda dos preços do petróleo, a partir de 2014, colocou a economia de Angola em uma crise que dura até hoje, conforme destacou o palestrante. A chegada ao poder de um novo presidente em 2017 recolocou o país em negociação com o FMI e em rota de adesão aos seus preceitos macroeconômicos de políticas monetárias e ajustes fiscais restritivos, visto que, no diagnóstico do Fundo para os países da África subsaariana, a alta inflação e o elevado déficit

público seriam as raízes do problema.

O professor Francisco Esteves critica essa interpretação do FMI, que não leva em conta os problemas estruturais e as questões sociais, como o desemprego, que se encontra em 40%, segundo estudiosos, embora o Instituto Nacional de Estatística indique um patamar menor. O país não entra em colapso porque a informalidade é tão alta que evita uma crise social disruptiva. Os angolanos encontraram na informalidade a “salvação”, de acordo com o palestrante.

Isso, no entanto, não é uma questão para o FMI, que impõem medidas tão somente para o controle da inflação e do déficit público, as quais desconsideram o quadro geral do país e das economias subsaarianas, o que dificulta ações do governo angolano para estimular o setor produtivo em consequência da camisa de força decorrente das políticas restritivas do Fundo. Esteves critica, por exemplo, o diagnóstico do FMI para a inflação em seu país, que é uma inflação de custos vinda de fora através das importações que substituíram a oferta da indústria nacional que quebrou. As imposições do FMI, porém, atuam restritivamente sobre a demanda, restringindo ainda mais a possibilidade de crescimento da economia de Angola.

Esteves aponta que em Angola se faz uma “gestão reativa às crises”, ou seja, o país procura afastar o problema em vez de resolvê-lo – algo parecido com a ideia de “fuga para frente” de que trata a literatura no Brasil. Ao não enfrentar os problemas estruturais, o governo atua “resolvendo” (ou afastando) os problemas no curto prazo, que sempre reaparecem no futuro não muito distante.

A falta de investimento em ciência e tecnologia nas universidades é um problema central a ser enfrentado, pois a interpretação que prevalece nos diagnósticos e no encaminhamento das soluções vem de fora – herança do passado colonial e do Afro-pessimismo – e não dos pesquisadores das universidades. Aliás, o palestrante indica, ainda, a ausência de elos entre o Estado e a universidade, razão pela qual as políticas públicas seguem orientações externas de quem não conhece a realidade angolana.

Esteves reafirma, ao fim, que o problema angolano é superar o modelo centrado em exportação de *commodities* e promover a diversificação da economia.

Lá, como cá, estamos no mesmo barco.

Fundo Público e o Financiamento de Políticas Sociais

Evilásio Salvador

Por Daniel Pereira Sampaio⁷

No dia 14 de abril de 2025, Evilásio Salvador, professor e pesquisador da Universidade Nacional de Brasília (UNB), participou como palestrante no 58º Encontro do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais, evento que ocorreu na modalidade virtual, com o tema “Fundo público e financiamento das políticas sociais”.

A discussão proposta por Evilásio perpassou por quatro diferentes temas, a saber, 1) o fundo público enquanto categoria teórica articulada com o Estado e a padrão de financiamento da economia capitalista, e, de modo mais específico, da realidade brasileira, 2) o financiamento das políticas sociais, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988 no Brasil e das políticas neoliberais implementadas após 1990, 3) o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) do terceiro mandato do presidente Lula, bem como seu efeito retardante em relação ao regime anterior do “teto dos gastos” e, por fim, o 4) os limites do fundo público numa economia periférica e dependente, marcada pela transferência internacional de capital e pela superexploração da força de trabalho.

Enquanto categoria teórica no campo marxista, a discussão do fundo público, que no Brasil tem suas origens relacionadas à discussão proposta por Francisco de Oliveira, que pode ser entendido como a compreensão de toda a mobilização dos recursos do Estado para além de critérios técnicos, ou das discussões convencionais propostas pelos manuais de economia do setor público. Associa-se, principalmente, a uma visão crítica do funcionamento do capitalismo, reconhecendo a especificidade do capitalismo dependente brasileiro. Para além de uma peça técnica, também é considerado como uma peça política que está em disputa pelas diferentes frações de classe no âmbito do Estado. É constituído, sobretudo, pelos recursos tributários, cuja estrutura, no Brasil é reconhecidamente na forma regressiva, o que tende a acentuar desigualdade social já tão elevada em nosso país. Mesmo com a atual reforma tributária e do imposto de renda, a desigualdade na tributação é elevada. Além disso, torna-se relevante para a perpetuação do capitalismo e continuação da acumulação de capital, especialmente em sua etapa financeirizada e em crise.

Mesmo com a Constituição Federal de 1988, que buscou combater as perversas heranças históricas em nosso país por meio da garantia de direitos sociais, o bem-estar social da população brasileira parece ainda ser algo distante de ser alcançado. Nossa carta magna foi severamente atacada por,

⁷ Pós-doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP. Professor do Programa de Pós-graduação em Política Social e do Departamento de Economia da UFES. Contato: daniel.sampaio@ufes.br.

ao menos, dois elementos. Primeiramente, as reformas neoliberais que se iniciaram na década de 1990, que promoveu profundas reformas no Estado e na sua forma de intervenção na sociedade. E, em segundo lugar e relacionado diretamente à primeira, as sucessivas políticas de austeridade, sobretudo fiscal, que se impôs após o Plano Real e que, atualmente, atende pelo nome de Novo Arcabouço Fiscal.

O Novo Arcabouço Fiscal no terceiro mandato de Lula impõe limites importantes à expansão do gasto público social e de investimentos, contribuindo para a contínua redução da participação do Estado na economia. Trata-se de um modelo que substitui e apenas retarda os efeitos desejados pela Emenda Constitucional nº 95/2016, o “teto dos gastos”. A justificativa de sua necessidade está assentada na busca pela sustentabilidade da dívida pública, que anualmente transfere boa parte dos recursos públicos dos trabalhadores aos capitalistas. Para a dívida pública não há limites, nem em relação ao crescimento da taxa SELIC, nem ao pagamento de juros e amortizações. A apropriação do fundo público pelos capitalistas revela, na atual conjuntura, mecanismos de transferência de recursos do trabalho para o capital.

Nesse sentido, é possível discutir os limites da atuação do fundo público no capitalismo dependente brasileiro, marcado pela superexploração da força de trabalho, do território e da transferência internacional de capital, principalmente na forma de juros e lucros.

Por fim, a discussão apresentada nos mobiliza a continuar estudando o fundo público brasileiro e de sua utilização em prol da transformação social.

Crescimento desigual das cadeias agroalimentares no Brasil:

Comércio, abastecimento e o papel do Brasil no mercado externo de produtos agropecuários

Rafael Pastre

Por Valdeir de Oliveira Prestes

O 58º encontro do GETETE ocorreu no dia 12 de maio de 2025, de forma online, com início às 10 horas, por meio do Google Meet. O tema central desta manhã foi baseado na análise e reflexão do pesquisador Rafael Pastre, do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) e do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE), com o seguinte tema e título: “Crescimento desigual das cadeias agroalimentares no Brasil: Comércio, abastecimento e o papel do Brasil no mercado externo de produtos agropecuários”.

O trabalho apresentado, em tela, faz parte dos resultados das pesquisas em torno da tese de doutorado, quando realizada na área de concentração de Desenvolvimento Regional e Urbano do Instituto de Economia da Unicamp, orientada pelo Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota.

Assim sendo, de modo introdutório e como forma de contextualização, apresenta-se que, entre os anos de 2014 e 2015, o Brasil passava por um processo de reformas estruturantes e por uma aproximação geopolítica e geoeconômica com o dito Sul Global, marcado por frentes progressistas. Nessa circunstância, reconfigurava-se uma espécie de “blitz” no seio da reforma agrária. Com isso, manifestava-se um argumento forte, no qual pousava a ideologia do agronegócio - ainda pautada na ortodoxia e no produtivismo - afirmando comentários de que o Brasil seria o grande celeiro do mundo, sendo a grande empresa agrícola eficiente e competitiva nas cadeias globais de valor, impulsionando, assim, esse modelo de caráter do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, aparecia, nesse tempo e espaço, os argumentos sociológicos de que a vida do campo era difícil; um suposto desinteresse da juventude em permanecer no campo; que as relações da vida da mulher são mais subordinadas e dependentes no espaço rural, por exemplo.

Essas afirmações trazidas à baila acima são encontradas no seguinte livro, a saber: O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola, organizados pelos autores Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira e Zander Navarro, publicado na Embrapa, Brasília, DF, em 2014.

Isso posto, em síntese, por sua vez, a apresentação do pesquisador Rafael Pastre foi na tese, nas questões, nas hipóteses deste livro, trabalhados estes elementos no fundamento teórico-metodológico, dentro da sua tese de

doutorado, dialogando com este livro e buscando respondê-lo no seu interim, ou até mesmo sobressaindo.

A hipótese central foi se deparado com a imposição da realidade, com a sua experiência singular enquanto pesquisador, com base na vivência de campo, bem como a pesquisa do estágio sanduíche na Hamburg Universität (2018-2019), em que se liga no seguinte fio condutor: 1) o Brasil não é celeiro nem de si mesmo; externamente, apresenta uma participação do mercado internacional subordinada e reflexa aos países centrais, endossada pelas decisões de política agrícola internas; 2) internamente, o Brasil independe da grande empresa agrícola para se abastecer e ser competitivo nas exportações (sem negar que a grande empresa agrícola obtém maior produtividade, ainda que, na maioria das vezes, não gere maior valor adicionado).

Em resumo, de forma objetiva, depois de uma série de empiria ao longo de sua exposição, conclui-se e levanta-se a discussão em diversos pontos, em que se sobressaem alguns: a) o Brasil se inseriu no mercado internacional de produtos agropecuários somente em produtos, mercados e etapas da cadeia produtiva de pouco interesse para os demais concorrentes em escala global, estes que concentram - tendência do processo do capitalismo global - sua produção em itens de maior valor agregado, com alta demanda de trabalho mais qualificado e de capital por unidade do produto (leia-se, escala econômica). B) O agronegócio gera divisas e oportunidades de investimentos na economia brasileira, além de “organizar” o território e impulsionar a dinâmica de determinadas regiões.

Em contraste e contraponto, vale frisar, na sua totalidade, diante da leitura, além disso, considerando o problema da formação brasileira, é necessário compreender como as regiões brasileiras se inserem no processo do capitalismo no Brasil e como esse processo se concretiza em uma aguda crise na conjuntura recente, marcada pela tensão entre irracionalidade e racionalidade do capital. E como os projetos de infraestrutura para a esfera da circulação da produção dessas cadeias agroalimentares intensificaram o processo de acumulação e reprodução do capital ligado aos circuitos do agronegócio (estes, que ora se apresenta como “nacionais” e regionais, ora flertando com o global), estruturando as forças produtivas de modo a atender às necessidades do capital e gerando contradições inerentes, como a concentração dos meios de produção e o desenvolvimento desigual ente as regiões brasileiras.

O papel do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) no Financiamento da Agricultura Familiar:

Uma Análise Espacial a Partir do PRONAF

Cláudia Heck e Gislaine Quaglio

Por Leonardo Rodrigues Porto

Quais as implicações territoriais das mudanças recentes na composição do financiamento da agricultura familiar da região Centro-Oeste do Brasil? Movidas por um conjunto de perguntas complementares a esta, as pesquisadoras Cláudia Regina Heck (UFMT) e Gislaine de Miranda Quaglio (Ipea) conduziram as excelentes discussões do 60º Encontro do Getete, realizado no último dia 02 de junho de 2025.

Sua apresentação trouxe os resultados de pesquisa que buscava analisar o papel do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no financiamento da agricultura familiar através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Essa pesquisa faz parte de uma agenda mais ampla das autoras, que busca investigar “aspectos e processos socioeconômicos espaciais em que se desenrolam em *territórios reais* e são importantes para a definição de critérios de atuação dos fundos constitucionais”. No caso específico, trataram da confluência de duas políticas públicas: o FCO e o Pronaf.

Em sua justificativa, destacou-se a importância de uma análise espacial para entender as mudanças institucionais e operacionais do FCO, bem como a maneira como isso se manifesta nas diferentes partes do território do Centro-Oeste. Nesse caso, em particular deu-se destaque, ainda, à distinção dos efeitos sobre os diferentes biomas que ocorrem na região.

Com respeito às análises apresentadas, as professoras Cláudia e Gislaine investigaram a distribuição espacial do crédito do FCO e sua interação com a produção agropecuária e o ambiente, entre os anos de 2013 e 2022. Seus resultados mostram que, embora os desembolsos do Pronaf tenham crescido no Centro-Oeste, a participação do FCO como fonte de financiamento desses recursos diminuiu. Isso ocorreu mesmo com o cenário de aumento da destinação do FCO para o setor rural. Por outro lado, também se observou que a trajetória dos desembolsos ao Pronaf, na região Centro-Oeste, acompanhou a trajetória nacional.

Destacou-se que o FCO é um dos três fundos constitucionais de financiamento (FCF) previstos na Constituição Federal, que o concebe como um “instrumento de política regional destinado a fomentar investimentos” na região alvo do fundo, por meio de crédito subsidiado. Os outros dois fundos são o FNE (para o Nordeste) e o FNO (para a região Norte), sendo que cabe ao FCO o equivalente a 0,6% da arrecadação total do IR e do IPI. Esses recursos

são geridos pelo Banco do Brasil – diferente do FNE e FNO que são geridos por bancos regionais de fomento ao desenvolvimento.

O ponto relevante, aqui, conforme destacado por Cláudia e Gislaine, é que desde a sua criação o Pronaf contou com recursos do FCO para operar no Centro-Oeste, inclusive, tendo sido a principal fonte entre os anos de 2014 e 2018. Após esse período, sua participação no financiamento ao Pronaf veio decaindo até o ponto em que praticamente não financia mais o programa de agricultura familiar na região. Em seu lugar, o programa “Poupança Rural” – linha de crédito que opera com recursos da poupança –, passou a ser a principal fonte de financiamento do Pronaf na região.

Durante a apresentação, discutiu-se os possíveis fatores para essa mudança na composição do financiamento do Pronaf, que passam por: a) diferenças na exigibilidade do programa; b) mudanças nas taxas de juros do FCO, condicionado à localização do estabelecimento agropecuário; c) e mudanças nas normas aplicáveis a outras fontes de recursos, que por interesse próprio, privilegiam outras carteiras de financiamento.

Além dos efeitos monetários registrados nos documentos oficiais, foram destacados os impactos territoriais e na inclusão produtiva dos agricultores familiares na região. Esses efeitos foram visualizados a partir de análises espaciais e com técnicas de geoprocessamento. Argumentou-se que “tudo que envolve o desenvolvimento regional deveria passar por uma análise espacializada”. Dito de outro modo, é preciso olhar para o território. E o que foi visto é que houve uma mudança institucional e operacional do FCO que provocou uma redução na sua contribuição ao Pronaf, sem que o Pronaf tivesse reduzido de tamanho.

Nessa perspectiva, revelou-se que a associação espacial entre o número de operações do FCO-Pronaf e os estabelecimentos com DAP passou de alta/média para baixa, sobretudo, nos biomas Amazônico e Mata Atlântica. Por sua vez, em relação aos valores operados, a redução do FCO-Pronaf revelou associações espaciais da área colhida do agronegócio, com as variáveis que tratavam da área colhida dos produtos da cesta básica e com pastagem.

Por fim, as autoras concluíram pela importância de maior alinhamento entre as referidas políticas públicas que considerem as avaliações socioeconômicas e promovam maior sinergia entre os programas. Isso, levando em consideração a complexidade revelada das dinâmicas espaciais associadas à distribuição do crédito rural.

E, assim, o Getete foi abrilhantado com mais uma excelente reflexão!

Iniciação à Pesquisa

O Centro Não Morreu:

Notas Sobre Intervenções Urbanas no Centro de Campinas-SP



Allan Cavazzotti

Graduando em Economia – IE-UNICAMP.

E-mail: a174969@dac.unicamp.br

“Se a vida, como disse Vinícius de Moraes, é a arte do encontro, a cidade é o cenário desse encontro - encontro das pessoas, espaço das trocas que alimentam a centelha criativa do gênio humano.”

(Jaime Lemer)

Muito comumente a ideia de *revitalizar* aparece na descrição das mais diversas políticas de intervenção urbana pelo país. É o caso do atual ‘*Reviver Centro*’ (da cidade do Rio de Janeiro), do ‘*Plano de Revitalização do Centro Histórico de Salvador*’ e do antigo ‘*Programa de Revitalização da Área Central (PRAC)*’ do município de Campinas. Este último teve início há mais de três décadas e, após ter sido incapaz de “trazer vida” ao Centro de Campinas, foi interrompido e substituído por outro programa. Desde então, o ciclo lançar-interromper-substituir seguiu gestão após gestão da década de 1990 até os anos 2020, continuamente.

Questionamos, então, o significado de revitalizar. O Dicionário Michaelis da língua portuguesa define revitalizar como “insuflar nova vida ou energia em”. Ou seja, para o poder público municipal de Campinas (e outras prefeituras), o Centro morreu e precisa ganhar nova vida.

Mas a que se deve a morte do Centro de Campinas? Para responder a essa questão, é essencial que analisemos duas mudanças significativas no uso e ocupação do solo na região ao longo das décadas anteriores. A partir da década de 1960, Campinas passa a implementar um modelo de expansão da mancha urbana que horizontaliza a cidade⁸, criando novos subcentros em seus arredores. Com isso, as classes média e média/alta, que antes ocupava a região central, a abandonaram e passaram a residir em bairros como Taquaral e Guanabara. Concomitantemente, o Centro de Campinas alterou seu tipo de bens e serviços ofertados, agora atendendo uma clientela com menor poder aquisitivo (Oliveira, 2012).

Na década de 1980, reportagens locais passaram a responsabilizar a presença de camelôs e vendedores ambulantes pela desvalorização da área

⁸ Seguindo uma tendência nacional de desenvolvimento urbano, o início desse processo marcou uma ruptura no padrão de produção do espaço urbano em Campinas, levando a uma crescente dispersão do tecido urbano. Sobre a urbanização dispersa no Brasil ver Reis (2021).

central de Campinas. Essa ocupação despertou discussões sobre possíveis projetos “revitalizadores” para o centro da cidade, chamando a atenção dos lojistas, que passaram a se preocupar com a fachada de seus estabelecimentos, frequentemente ocupada por ambulantes e camelôs (Pedroso, 2007).

Com esses processos em curso, o Centro de Campinas iniciou o que a literatura passou a caracterizar como “declínio”, “decadência” ou “degradação” a partir dos anos 1980 (Oliveira, 2012; Pedroso, 2007; Chagas, 2020). Diante desse cenário, a partir da década seguinte, a administração pública municipal implementou políticas voltadas para o embelezamento da paisagem urbana, com o intuito de atrair novos investimentos, promover diferentes usos e atrair novos usuários para a área. Chagas (2020), ao traçar uma linha do tempo das políticas de “revitalização”, “requalificação” ou “recuperação” aplicadas pela prefeitura no Centro de Campinas entre 1993 e 2018, constatou que todas as gestões desse período adotaram, de alguma forma, estratégias desse tipo.

Foi notória a preocupação de cada gestão municipal em querer deixar sua marca própria, implementando cada uma seu próprio plano, programa ou projeto para o Centro. Entretanto, mesmo que tenha havido diferenças partidárias e ideológicas com relação a todas as gestões municipais analisadas, aponta-se que as formas de intervir, de pensar e discutir o Centro de Campinas tiveram semelhanças entre si, e que grande parte das intervenções que ocorreram foram precedidas por discussões anteriores. (Chagas, 2020, p. 384).

Assim, a “revitalização” - embora não necessariamente integre o nome de todos os projetos - tem atuado como o sentido da intervenção para todas essas políticas urbanas que vêm sendo empregadas no Centro de Campinas.

Mas o Centro de Campinas está realmente morto? A região recebe, diariamente, densos fluxos de pessoas. Ela funciona como um verdadeiro espaço terciário. É dedicada predominantemente ao comércio e aos serviços, mas essas atividades são indissociáveis da interação social, do lazer e da convivência. Todos os dias, pessoas compram, brincam, moram, comem, trabalham, estudam, conversam, fumam, tomam ônibus e socializam por ali. Há muita vida no Centro. Entretanto, a lógica de empreendedorismo urbano que domina as políticas de intervenção no Centro é incapaz de reconhecer tais atividades enquanto vida.

Portanto, a “morte do Centro” não se deu pela simples desocupação generalizada da região⁹, mas pelo abandono por parte de classes específicas que a substituíram por novos subcentros, criados pela dispersão do tecido urbano de Campinas e por novos arranjos de espaços terciários (como *hipermercados* e *shopping-centers*) a partir da década de 1970. (Pedroso, 2007).

⁹ Embora o número de imóveis desocupados não seja insignificante. Chagas (2020) constata que estes correspondiam a 13% de todos os usos e atividades por ela analisadas em 2020.

O Centro não morreu. Porém, houve uma mudança significativa no fluxo de pessoas que anteriormente se dirigiam a essa área. Como resultado, as políticas de intervenção urbana tiveram e ainda têm como objetivo requalificar o espaço, buscando atrair novamente os fluxos de maior poder aquisitivo para a região. São tentativas diretas de gentrificação.

Nos anos 2020, a política da vez é o PRAC que, embora tenha abandonado o termo “revitalização”, segue empregando estratégias e objetivos que gentrificam o espaço urbano, não se preocupam verdadeiramente com a promoção de habitação popular - contrastada com incentivos públicos à expansão urbana periférica, que reforça a segregação social - e pouco trabalham para o melhoramento do transporte público da região.¹⁰

O Centro de Campinas, longe de estar morto, continua sendo um espaço pulsante, dedicado ao comércio, serviços e interações sociais diárias. Contudo, as intervenções urbanas, historicamente, não têm sido sensíveis às dinâmicas reais desse espaço, focando principalmente na atração de fluxos de maior poder aquisitivo e na implementação de políticas de gentrificação. O Centro não está morto, está apenas mais pobre.

Cabe salientar que as críticas realizadas não visam minimizar a importância de políticas de intervenções em centros urbanos. Como solidamente sustentado por Vargas e Castilho (2018) há intervenção urbana sem gentrificação, basta que os objetivos e estratégias das políticas sejam consistentes para obter resultados que promovam um melhoramento do espaço urbano para todos.

¹⁰ As conclusões aqui apresentadas são baseadas na pesquisa de Iniciação Científica realizada entre 2023 e 2024, intitulada *O Setor Terciário no Centro: Um Estudo de Caso do PRAC de Campinas-SP*, a qual foi concluída e está atualmente em processo de publicação. Esta pesquisa visou analisar criticamente os impactos socioeconômicos das intervenções urbanas no Centro de Campinas, realizadas desde a década de 1990, com foco nas mudanças espaciais e nos efeitos sobre os fluxos e dinâmicas sociais e econômicas da região e contou com o financiamento do CNPq.

Parcerias Acadêmicas

Entrevista com Aline Miglioli



Aline Marcondes Miglioli

Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

E-mail: alinemig@unicamp.br

Aline Marcondes Miglioli é professora do Instituto de Economia da UNICAMP e pesquisadora do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico – CEDE. O Informativo Getete convidou-a para uma conversa sobre o projeto de extensão Realidade Latino Americana sediado na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP com participação de docentes de diversas instituições públicas de ensino superior do país. Aline é coordenadora externa do projeto cuja coordenação geral é dos professores Fabio Luis Barbosa Santos e Fabiana Rita Dessotti.

IG – Professora Aline, fale um pouco do projeto, como ele surgiu, quais seus objetivos, que atividades têm sido realizadas e como são difundidas?

O Projeto Realidades Latino-Americanas surgiu como uma demanda dos alunos de Relações Internacionais da Unifesp por um curso direcionado à América Latina, mas que também se preocupasse em compreender criticamente a realidade dos países latino-americanos. O formato que se consolidou desde 2014 foi de um projeto que promovesse um curso sobre um país latino-americano (de duração de um ano) e depois uma visita em campo neste mesmo território, marcado por entrevistas e conversas com professores, pesquisadores, movimento social, lideranças etc. Ele foi inspirado em projetos semelhantes executados pela Associação Nossa América nos anos 2000. Ao longo destes mais de 10 anos, a existência do Realidades acabou atraindo pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e alunos de diversas instituições de ensino, ultrapassando os limites da Unifesp e ganhando projeção nacional.

IG – A equipe do projeto já realizou diversas viagens pela América Latina e Caribe. Como tem sido essa experiência de conhecer a realidade dos países visitados? Que lições você extraiu desses encontros com os diferentes povos formam nosso continente?

O projeto Realidades já promoveu a visita por diversos países do continente latino-americano e caribenho: Venezuela e Colômbia (2014); Bolívia e Peru (2015); Cuba (2016); Argentina e Chile (2017); México (2018); Paraguai e Uruguai (2019); América Central - Guatemala, El Salvador e Honduras (2020-2022); Projeto América Central - Panamá e Costa Rica (2023); e o Haiti

e República Dominicana (2024), este último ainda está em andamento. Eu me aproximei do projeto na sua edição cubana, mas só consegui realizar a viagem na última edição, em que fomos para República Dominicana e Haiti.

Conversando com as pessoas que participaram nos outros anos, fica muito explícito que se por um lado, as andanças pela América Latina e pelo Caribe refletem o que temos em comum enquanto países na periferia do capitalismo e com histórico colonial, cada realidade é muito única. Em cada território encontramos novas formas e expressões da realidade periférica, cada cultura também nos apresenta novas formas de resistência. Na nossa viagem isso ficou muito explícito ao conhecer a realidade de dois países vizinhos, o Haiti e a República Dominicana, que apesar da proximidade física e histórica, apresentam-se como realidades infinitamente distintas.

Esta viagem que fizemos no começo deste ano (2025) foi muito rica e interessante para mim. Descobrir o Haiti e sua história transformou a maneira como eu penso a própria modernidade. Os territórios do Caribe têm algo muito interessante porque historicamente eles foram o palco das disputas imperialistas no século XIX (Espanha, França, Inglaterra), mas também foram essenciais para a consolidação da hegemonia estadunidense e por isso, eles foram tão combativos à colonização e à ingerência política dos EUA no seu território.

Estes territórios vivem ainda e diariamente as agressões do império estadunidense, o que significa que eles precisam lidar nas decisões do dia a dia com as dificuldades da política externa dos EUA. Não é por acaso que estes territórios estão marcados pelo narcotráfico, por ondas migratórias, por conflitos fronteiriços e, por isso, ameaçados constantemente pela política antimigração que tem ganhado fôlego nos EUA e na Europa. Com relação ao território do Haiti e República Dominicana, os espaços de fronteira foram muito impactantes nesta última viagem por tudo que eles condensam: por um lado temos a República Dominicana, totalmente alinhada aos EUA, e que repercute institucionalmente discursos racistas de origem estadunidense; e de outro lado temos o Haiti, que desafiou o capitalismo no momento em que ele ainda era um germe, ao fazer a primeira revolta negra que aboliu a escravidão no auge do sistema produtivo colonial, e por isso ainda sofre com as retaliações internacionais, ocupações e preconceito.

Tudo isso, me trouxe muita reflexão sobre tensões que perpassam a América Latina, mas que estão expressas de maneira muito evidente e clara nos países do Caribe.

IG – A realidade socioeconômica do Brasil, é muito diferente da grande maioria dos países latino-americanos pelo tamanho de nossa economia, apesar de semelhanças decorrentes do passado colonial e do subdesenvolvimento que marcam todos eles. Como você vê o papel do Brasil no nosso continente e sua relação com os demais países?

Isso é muito interessante de perceber ao visitar outros países do nosso continente. No geral eu acho que o Brasil aparece sempre como a exceção

dos casos latino-americanos pelo tamanho do país, tanto em termos da sua demanda interna, dos recursos naturais e sua capacidade de influenciar a geopolítica internacional.

Observando a particularidade de cada país, eu acho que existe um crivo grande na relação dos países latino-americanos e caribenhos com o Brasil. No Caribe, a minha sensação – e posso estar incorreta ao afirmar isso – é de que as relações são mais amistosas e distantes. Mesmo no Haiti, onde o exército brasileiro esteve ativamente atuando, inclusive ostensivamente, foi muito surpreendente perceber que isso não condicionava uma imagem tão negativa do Brasil como em outros espaços da América Latina. Em Cuba, é o mesmo. Podemos ser críticos de imaginar que durante o ciclo de governos petistas o apoio à Cuba ainda foi muito tímido (afinal, os Mais Médicos não foi uma ação de solidariedade, assim como os empréstimos do BNDES, e sim uma negociação comercial) quando consideramos as possibilidades de solidariedade. Ainda assim, o discurso cubano sempre foi muito respeitoso ao Brasil, mesmo quando o Temer cancelou os Mais Médicos com base em um discurso ideológico mentiroso.

Acompanhando o trabalho do grupo em outros territórios, pude perceber que a relação de países como Paraguai, Uruguai e mesmo Argentina com o Brasil é mais conflituosa. Não podemos deixar de lembrar que nestes espaços o Brasil age de acordo com seus interesses geopolíticos e principalmente econômicos, o que significa na maioria das vezes a perpetuação de relações de exploração, espúrias, de corrupção etc. Então acho que há esta clivagem, que é muito importante de ser compreendida. Por outro lado, há também um corredor de intercâmbio entre os movimentos sociais que é muito interessante de observar, existe toda uma troca com o MST ou MTST, por exemplo, que de fora nós não conhecemos.

IG – O projeto de extensão Realidade Latino Americana tem a participação de estudantes. Como tem sido a experiência discente no contato com os povos visitados? Que papel os alunos cumprem no projeto?

Isso é algo muito interessante do projeto: ele é totalmente desenhado para que os estudantes tenham papel ativo nele. Inicialmente somos nós professores que pensamos alguns temas gerais de debate, mas pouco a pouco com o envolvimento dos alunos, as pautas e agendas vão sendo levantados por eles. Desta forma, quando realizamos a visita, os estudantes conseguem expressar ali a curiosidade deles. Bom, isso nesta etapa do projeto. Na etapa seguinte, quando retornamos da viagem, começamos a elaboração do trabalho coletivo de divulgação dos resultados da pesquisa. Este processo é muito interessante, porque nele nos reunimos em grupo ou dupla para escrever sobre a experiência. Essas duplas envolvem pessoas em diferentes fases da vida ou da carreira acadêmica e os debates que acontecem são muito interessantes, sempre se abre novas perspectivas.

IG – Dois livros recentemente publicados sobre Cuba tiveram participação sua: Entre a Utopia e o Cansaço: Pensar Cuba na Atualidade¹¹, no qual você é uma das organizadoras, e Casa à venda: turismo, mercado de imóveis e transformação sócio-espacial em Havana¹², resultado de sua tese do doutoramento. Que lições podemos tirar da experiência cubana para a construção de um outro modelo de sociedade? A utopia cubana ainda é uma bússola para a emancipação latino-americana e a construção de uma sociedade pós-capitalista?

Acho que em primeiro plano a história da revolução cubana nos traz algumas perspectivas sobre o que significa ser latino-americano e quais são os limites ao nosso desenvolvimento. Nós enquanto economistas sempre temos como perspectiva superar algumas amarras do subdesenvolvimento, mas quando Cuba ameaçou fazê-lo em 1959 as restrições chegaram bem cedo e de forma violenta. Isso nos recoloca questões esquecidas do debate contemporâneo sobre qual é a verdadeira possibilidade de superação do subdesenvolvimento e o verdadeiro custo de fazê-lo, que acima de tudo é político!

Outro aspecto muito importante que aprendi com a revolução é possibilidade de ser inventivo, de pensar soluções totalmente novas para problemas óbvios. Explico: quando Cuba não podia operar com o dólar, ela inventou duas moedas, quando ela foi realizar sua primeira política habitacional, atrelou à Loteria Federal. Enfim, estudar a história de Cuba é se desafiar a pensar no coletivo e contestar alguns instrumentos ou instituições que parecerem serem sagradas para nós no capitalismo. Isso é muito interessante, uma reflexão que comove muito.

Por fim, eu acho que podemos ainda colocar Cuba como uma bússola para a emancipação latino-americana e para a construção de outra sociedade, porque apesar das dificuldades e contradições que Cuba carrega na tentativa de construir uma alternativa, ela nos ensina que é possível agir com base na solidariedade e ainda mais, é possível sonhar com um mundo novo. O capitalismo vem tirando isso de nós, qualquer possibilidade de sonho com um futuro que não seja catastrófico.

Para mim hoje, vendo o avanço neoliberal sobre as nossas cabeças, consumindo tudo que há de empatia entre nós, Cuba nos oferece uma resposta solidária e humana para o povo latino-americano a partir da construção de outras pontes com os povos do continente africano, palestino etc. Mais do que um aprendizado geral sobre planejamento econômico quinquenal a história de Cuba é a história de uma nação que enfrentou seus medos, seus problemas e suas contradições. Ainda assim, há muito por fazer e isso nos coloca uma dimensão de que o tamanho do desafio é gigante.

11 MIGLIOLI, A. M.; SANTOS, F. L. B.; OLIVEIRA, V. (Ogs.). Entre a Utopia e o Cansaço: Pensar Cuba na Atualidade. São Paulo (SP): editora Elefante, 2024

12 MIGLIOLI, A. M. Casa à venda: turismo, mercado de imóveis e transformação sócio-espacial em Havana. Marília (SP): Editora Lutas Anticapital, 2024.

Entrevista com Janete Stoffel



Janete Stoffel

Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul.

E-mail: janete.stoffel@uffs.edu.br

Janete Stoffel é professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, onde atua na Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Também é pós-doutoranda do programa de Desenvolvimento Econômico da Unicamp. O Informativo Getete convidou-a para uma conversa sobre o avanço do agronegócio, universidade e movimentos sociais.

Professora Janete, considerando a sua trajetória e vivência nas pesquisas de campo no Paraná, como você enxerga o avanço do agronegócio nesse território (considerando inclusive a espacialidade da produção) e como isso tem afetado as comunidades tradicionais e indígenas ao longo dos anos?

O Campus Laranjeiras do Sul da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em que atuo, está instalado na região Cantuquiriguaçu. O espaço no passado foi parte de uma sesmaria e posteriormente sofreu com a grilagem de terras. Essa área foi designada Território da Cidadania por apresentar, em 2008, os maiores índices de desigualdade social e econômica no Paraná.

O avanço do agronegócio na região segue as tendências observadas no Paraná e no Brasil. Suas características incluem concentração de terras e foco na especialização em *commodities* (soja e milho), sendo o setor impulsionado por conglomerados agroindustriais, que incluem tanto cooperativas de capital nacional quanto empresas de capital estrangeiro.

A região se destaca pela mobilização social, impulsionada por movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Dentre os resultados alcançados por eles, está a instalação de 49 projetos de assentamentos, distribuídos em 14 municípios, onde vivem 4.348 famílias assentadas, além do Campus da UFFS.

A luta pela terra é impulsionada pela necessidade urgente de reduzir as desigualdades no acesso aos recursos para a produção de alimentos, geração de trabalho e renda no campo. Nesse cenário de embates entre camponeses e produtores do agronegócio, um desafio atual se destaca: a tentativa de produção orgânica por parte dos pequenos produtores. Eles enfrentam o avanço do uso intensivo de agrotóxicos no agronegócio, que dificulta o incremento da produção de alimentos saudáveis na região.

Além das disputas já relatadas há outro foco de conflito: o avanço do agronegócio sobre os dois territórios indígenas que existem nessa região (Rio das Cobras e Boa Vista). Esses espaços também se tornaram objeto de disputas com o agronegócio, que busca expandir suas operações em detrimento dos aldeamentos e do modo de vida das comunidades indígenas.

A partir da sua experiência trabalhando com movimentos sociais, pequenos agricultores e afins, quais são as principais tensões que você observa entre o agronegócio e os pequenos produtores rurais no Paraná e qual o papel das políticas públicas para equilibrar esses interesses?

A região de Cantuquiriguaçu é caracterizada por tensões históricas relacionadas à terra, envolvendo grandes proprietários (alguns com posse irregular), populações acampadas, assentadas e indígenas. É uma área com um número significativo de terras destinadas à reforma agrária, e a luta pela terra é um aspecto histórico marcante.

As políticas públicas são consideradas essenciais para a região, dado o histórico de concentração fundiária, que persiste mesmo com a criação de assentamentos. A iniciativa do Território da Cidadania foi um marco, impulsionando diversas mobilizações locais. A instalação do Campus Laranjeiras do Sul da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) representou outro resultado importante. A UFFS oferece cursos de graduação e pós-graduação alinhados com a realidade regional, além de atividades de extensão e pesquisa focadas nas demandas regionais.

As políticas de reforma agrária contribuíram para a redução, mesmo que parcial, da concentração de terras na região. Outros programas federais, como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Auxílio Emergencial e o Bolsa Família, também ajudam a mitigar, em parte, as dificuldades vivenciadas pela população. A região da Cantuquiriguaçu demonstra a necessidade contínua de políticas públicas (federais, estaduais e municipais) para diminuir as desigualdades.

Nesse contexto, a atuação da UFFS no ensino, pesquisa e extensão visa contribuir para a promoção de mudanças na realidade. A universidade contribui para as transformações necessárias e desejadas pela região, somando-se às mudanças já alcançadas pelos assentamentos e outras iniciativas em andamento. Nas terras indígenas, a UFFS também desenvolve atividades, desde a inclusão de estudantes indígenas em cursos de graduação com formação em alternância para atender a realidades específicas, até a inserção em cursos de pós-graduação (especialização e mestrado) e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão.

Na sua concepção, como as universidades brasileiras – e em especial a Universidade Federal da Fronteira Sul – estão contribuindo para o debate sobre o uso da terra frente à expansão

do agronegócio e quais projetos de pesquisa você tem desenvolvido nessa área?

A instalação de um Campus da UFFS é um dos resultados das lutas e da busca por transformações na realidade regional realizadas pelos movimentos sociais da região. A atuação da instituição foi amplamente dialogada com a comunidade local e regional, o que permite que suas atividades sejam norteadas pelas demandas da região. Dentre essas, destacam-se o fortalecimento da agricultura familiar, o incentivo à produção de alimentos saudáveis por meio da agroecologia, a qualificação da formação de professores, o desenvolvimento regional e o estímulo ao cooperativismo. Esses temas estão alinhados às mudanças sociais, econômicas e ambientais que se buscam para a região.

Com base nesses objetivos, o *campus* oferece cursos de graduação como Agronomia com foco em Agroecologia, Educação do Campo (em regime de alternância), Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Alimentos, Ciências Econômicas (com ênfase no desenvolvimento regional), Ciências Biológicas, Pedagogia, Ciências Sociais, Administração e Engenharia Química. Na pós-graduação oferta dois Programas: a) Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e b) Ciência e Tecnologia de Alimentos, os quais visam qualificar estudantes da região na produção de alimentos saudáveis. Nas propostas pedagógicas dos cursos estão incluídas discussões sobre o modelo de desenvolvimento atual, analisando seus limites e potencialidades, buscando capacitar os estudantes para que compreendam as possibilidades de mudanças e seu papel nesse processo.

A UFFS estabelece diretrizes para as temáticas prioritárias em projetos de pesquisa e extensão. Uma de minhas áreas de atuação tem sido em políticas públicas voltadas à produção familiar e desenvolvimento rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de investigações sobre a produção orgânica de alimentos. Essas pesquisas são desenvolvidas em projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso (graduação e especialização) e dissertações de mestrado.

Como o diálogo entre o agronegócio e os movimentos sociais e ambientalistas pode ser facilitado pelas universidades, e que papel essas instituições podem desempenhar na mediação de conflitos? Como você e a UFFS tem atuado nisso?

A UFFS, Campus Laranjeiras do Sul, atua em um ambiente com uma diversidade de públicos, incluindo representantes de movimentos sociais, ambientalistas e do agronegócio. O diálogo nesses contextos nem sempre é direto e os conflitos que surgem exigem habilidade, paciência e disposição para negociar.

Durante o período em que exerci a função de diretora do *campus* (2015 e 2019), observei essa dinâmica. Busquei criar oportunidades para o diálogo

com grupos regionais que inicialmente mostravam resistência em interagir com a universidade. Esses grupos incluíam, principalmente, representantes do setor empresarial e político, como prefeitos e vereadores que, naquele período, não tinham familiaridade com a UFFS e não aceitavam convites para conhecer a instituição. Aos poucos fomos conseguindo convencer algumas destas lideranças a conhecer a instituição e na atualidade observo que vem se ampliando esta aceitação.

Um dos objetivos da UFFS na região é influenciar a forma de pensar e agir daqueles que ocupam cargos públicos. Acredito que, gradualmente, a universidade tem conquistado espaço à medida que seus egressos ampliam sua inserção em diversas áreas. A atuação da universidade em pesquisa e extensão também contribui para aprimorar as atividades em diferentes setores, desde escolas, associações, cooperativas, assentamentos e terras indígenas. Manter-se aberto ao diálogo e demonstrar o compromisso da UFFS com a inclusão é fundamental. Neste contexto, a capacidade de mediar situações conflituosas é uma habilidade que precisa ser aprimorada continuamente para alcançar os melhores resultados possíveis conforme cada situação.

Na sua avaliação, quais são as implicações socioeconômicas do crescimento do agronegócio para o desenvolvimento regional no Paraná, e como a academia pode influenciar a formulação de políticas que promovam um desenvolvimento mais inclusivo?

A atuação da UFFS na região enfrenta o desafio de promover um desenvolvimento equitativo. Um de seus objetivos é incentivar a produção de alimentos saudáveis, além de oferecer formação para jovens de famílias acampadas, assentadas, indígenas, quilombolas e demais trabalhadores do campo e da cidade.

Proporcionar a esses estudantes o acesso a graduação e pós-graduação capacita-os para se tornarem futuras lideranças e cidadãos com participação ativa no processo de mudança na sua região de atuação. Embora a concentração de poder e renda persista, e a manutenção desse cenário encontre resistência, acredito que, a longo prazo, o conhecimento, a capacidade e qualificação dos egressos da UFFS possam promover as mudanças necessárias com vistas à redução das desigualdades existentes.

Espera-se que, a médio e longo prazo, ocorram melhorias na gestão de empresas, prefeituras, câmaras de vereadores e outros órgãos públicos, impulsionadas por uma mudança cultural em andamento. A universidade atua nesse sentido ao capacitar os estudantes sobre como podem e devem participar das gestões e espaços públicos cobrando resultados e propondo inovações e/ou melhorias.

Outro desafio significativo é a geração de trabalho e renda na região, pois há poucas unidades industriais e uma carência de postos de trabalho com salários mais elevados, além da escassez de serviços mais qualificados, como especializações médicas. Apesar do elevado volume de produção agrícola, as

ocupações existentes geralmente oferecem baixa remuneração e não geram um dinamismo econômico suficiente para multiplicar vagas e renda.

Nesse contexto, o meio acadêmico possui um potencial transformador, na medida em que qualifica seus estudantes, pode gerar inovação por meio da pesquisa e promover a troca de experiências e saberes com a comunidade via extensão. Esse processo pode resultar na elaboração de políticas que fomentem um desenvolvimento mais inclusivo em níveis local e regional, ou na avaliação e ajuste de políticas já existentes.

Por fim, considerando o avanço da interiorização das universidades públicas no país – inclusive a UFFS é uma universidade multicampi e você atua em um campus do interior do estado – como você vê o crescimento e a interiorização das universidades públicas para o desenvolvimento regional brasileiro?

A universidade pública no Brasil, inicialmente, concentrou-se em grandes centros e regiões litorâneas, priorizando o acesso a uma parcela privilegiada da sociedade. A expansão deste acesso para trabalhadores, filhos de trabalhadores, habitantes de regiões interioranas e públicos anteriormente excluídos, representou uma mudança significativa e com potencial transformador.

A UFFS, criada em 2009, é um caso dessa expansão, com campi nos estados do Rio Grande do Sul (Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo), Santa Catarina (Chapecó) e Paraná (Realeza e Laranjeiras do Sul). A instituição prioriza o atendimento aos estudantes oriundos de escolas públicas, atendendo alunos que são trabalhadores, filhos de trabalhadores, indígenas, imigrantes e que, majoritariamente, vivem nas regiões em que os Campi estão localizados, além de incluir estudantes provenientes de outras partes do Brasil e do mundo.

O acesso à educação e ao conhecimento expande a capacidade das pessoas de transformar suas realidades e de gerar novos saberes e inovações nos ambientes em que atuam. Nesse cenário, as universidades, com sua atuação no ensino, pesquisa e extensão, são fundamentais para formar cidadãos críticos, capacitados e qualificados que poderão fazer diferença a partir de sua ação.

À medida que o interior do país passa a contar com instituições que oferecem acesso à graduação e pós-graduação, com uma formação que prioriza a qualificação e a cidadania, acredito que são possíveis transformações sociais e econômicas que impactarão o desenvolvimento regional.

Getete por aqui e acolá

Getete no Seminário do IPEA

Por Guilherme Lopes

Nos dias 08 e 09 de abril de 2025, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur), promoveu o seminário *Governança nos Fundos Constitucionais e Políticas Públicas Territoriais*.

O evento reuniu pesquisadores, representantes de órgãos públicos e instituições financeiras para debater a estrutura de governança dos fundos constitucionais de financiamento (FNE, FCO e FNO) e sua articulação com o desenvolvimento regional.

O seminário teve como eixo central a apresentação dos resultados da pesquisa conduzida por um grupo interdisciplinar de especialistas vinculados a universidades e ao próprio IPEA.

Os estudos, elaborados por Cláudia Heck (UFMT), Gislaine Quaglio (USP), Rafael Gumieiro (UNIFESPA), Murilo Pires (IPEA), Sérgio Silva (IPEA), Guilherme Lopes (UFMT), Rodrigo Portugal (MPO) e Ronaldo Vasconcelos (IPEA), buscaram compreender os mecanismos decisórios e as dinâmicas de alocação de crédito dos fundos constitucionais de financiamento, revelando importantes fragilidades institucionais e distorções no processo de distribuição dos recursos.

Entre os principais achados, destaca-se a constatação de que os fundos, embora fundamentais para o fomento de atividades produtivas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, vêm apresentando desalinhamentos entre seus planejamentos estratégicos e a efetiva aplicação dos recursos.

Observou-se que os desembolsos frequentemente se direcionam a setores ou localidades não prioritárias, em decorrência de alterações na governança e da crescente autonomia dos bancos operadores em detrimento dos conselhos deliberativos. Um exemplo emblemático é o caso do FNE, cujo órgão de governança, o CONDEL/SUDENE, tem sido gradualmente esvaziado, ampliando o poder decisório do Banco do Nordeste na concessão de crédito, priorizando, por vezes, tomadores com maior capacidade de garantia e retorno financeiro.

Outro ponto relevante da pesquisa refere-se à necessidade de construção de novos métodos de análise plurais e holísticos sobre os fundos constitucionais, que superem a abordagem baseada exclusivamente em variáveis macroeconômicas. Defende-se a inclusão de indicadores socioambientais, territoriais e institucionais (como a própria estrutura de governança), de modo a possibilitar uma avaliação mais abrangente e eficaz do papel dos fundos no

desenvolvimento regional.

Além das apresentações e discussões qualificadas, o seminário também se destacou pela diversidade e representatividade institucional dos participantes, o que favoreceu um debate plural e enriquecedor.

Estiveram presentes representantes, como diretores e diretoras do Ministério do Planejamento e Orçamento, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, da Sudene, Sudam, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Ministério da Gestão e Inovação, Confederação Nacional da Indústria, entre outros.

A participação desses atores reforça o compromisso mútuo das instituições com o desenvolvimento regional do Brasil. Foram apresentadas diferentes perspectivas sobre a operacionalização dos fundos e os desafios da política regional brasileira, abordando aspectos como articulação interinstitucional, eficácia dos instrumentos de planejamento e critérios de elegibilidade para a avaliação dos fundos.

A iniciativa do IPEA foi exitosa não apenas por disseminar os dados e reflexões produzidos no âmbito da pesquisa, mas principalmente por proporcionar um espaço de diálogo qualificado entre agentes públicos envolvidos na política regional e especialistas do meio acadêmico.

A construção coletiva de diagnósticos e propostas reforça a importância de instâncias participativas na formulação de políticas públicas, sobretudo em temas tão estratégicos como o financiamento regional.

Em suma, o seminário contribuiu significativamente para o aprimoramento da política regional no Brasil, oferecendo subsídios técnicos e políticos para fortalecer os mecanismos de governança dos fundos constitucionais.

Espera-se que os debates e os resultados apresentados possam orientar futuras reformulações institucionais, promovendo maior justiça distributiva e eficácia na promoção do desenvolvimento das regiões mais vulneráveis do país. A íntegra do seminário está disponível no canal do IPEA no YouTube:

Dia 1 – 08/04/2025: Seminário: Governança nos Fundos Constitucionais e Políticas Públicas territoriais - YouTube

Dia 2 – 09/04/2025: Seminário: Governança nos Fundos Constitucionais e Políticas Públicas territoriais - YouTube

Getete no XXI ENANPUR

Por Carlos Eduardo Pereira do Nascimento

Entre os dias 19 e 23 de maio de 2025, ocorreu em Curitiba (PR) o XXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XXI ENANPUR). Consolidado como o principal evento da área no Brasil, o ENANPUR reúne pesquisadores e pesquisadoras, formuladores e formuladoras de políticas públicas de destaque nos cenários nacional e internacional, promovendo um espaço privilegiado para o debate qualificado sobre o planejamento urbano e regional.

A participação ativa de membros vinculados ao Grupo de Estudo das Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE) nas sessões temáticas foi marcante, com a apresentação de trabalhos e interlocução em sessões livres e especiais. Dentre estas, destacam-se as discussões em torno de temas centrais como *A Economia Política da Nova Política Regional Brasileira*, *Fronteiras do Desenvolvimento Regional e o Papel do Estado e do Planejamento*, *Circuitos imobiliários no capitalismo dependente: experiências internacionais recentes*, entre tantas outras de grande relevância.

Ainda que a simultaneidade das atividades e a densidade da programação tenham impossibilitado o acompanhamento integral de todas as sessões de interesse, o evento se mostrou extremamente rico em conteúdo e debates.

De modo geral, encontros acadêmicos como o ENANPUR são fundamentais para a construção coletiva do conhecimento, a troca de experiências, o aprofundamento teórico e metodológico e o fortalecimento das redes de pesquisa, sobretudo entre aqueles que têm no território o foco central de suas investigações.

Seções Livres com Participação do GETETE

Circuitos Imobiliários no Capitalismo Dependente: Experiências Internacionais Recentes

Mariana Fix, Aline Marcondes Miglioli, Bruno Pereira Reis, Eduardo Gomes Maximiliano, Vitor Hugo Tonin

Fronteiras do Desenvolvimento Regional e o Papel Do Estado e do Planejamento

Francisco do O' de Lima Júnior, Carlos Alberto Penha Filho, Evaldo Gomes Júnior, Lindijane de Souza Bento Almeida, Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

A Economia Política da Nova Política Regional Brasileira

Ivo Marcos Theis, Carlos Antônio Brandão, Cidonea Machado Deponti, Fernando Cezar de Macedo

Reprimerização Territorial, Dinâmica Regional e Urbanização no Brasil

Hipólita Siqueira de Oliveira, Aristides Monteiro Neto, Denise Elias, Lisandra Pereira Lamoso, Rosa Moura

Artigos Apresentados em Sessões Temáticas

Plantando Tijolos: O Avanço do Setor Imobiliário na Fronteira Agromineral Brasileira | Autores: Humberto Miranda do Nascimento, Gabriel Chiodi Boguchesky.

Limites da Máquina de Crescimento na Periferia do Capitalismo: Reflexões Sobre os Conflitos na Produção de Megaprojetos Urbanos no Rio de Janeiro e em Joanesburgo | Autores: João Paulo Constantino.

A Indústria no Semiárido Nordeste: Uma Análise a Partir do Quociente Locacional - 2002/2019 | Autores: Carlos Eduardo Pereira do Nascimento, Caio Cezar Fernandes da Silva, Fernando Cezar de Macedo.

Compras Públicas Como Instrumentos de Desenvolvimento Regional: O Caso do PNAE em Marabá | Autores: Daniel dos Santos Costa, Evaldo Gomes Júnior.

Aglomerações Urbanas e Produtivas na Região Centro-Oeste do Brasil: Análise do Emprego Formal no Subsetor da Indústria de Alimentos e os Efeitos no Bem-Estar da População | Autores: Naiara Barbosa Silva, Ana Maria Ferraz Cardoso, Elisane Colavolpe de Brito Nery, Leonardo Rodrigues Porto, Liandra Rodrigues Santos Gomes.

As Periferias Brasileiras: Uma Análise Regional das Exportações de 2002 A 2022 | Autores: Abimael Francisco de Souza

Estrutura Fundiária e Dinâmica Urbano-Regional: Apontamentos Segundo as Áreas de Influência das Metrôpoles Nordestinas | Autores: Leonardo Rodrigues Porto

O “Território Cariri” – Crajubar e a Contribuição das Instituições de Ensino Superior Públicas Para o Desenvolvimento Territorial | Autores: Wellington Rodrigues da Silva, Christiane Luci Bezerra Alves, Francisco do O’ de Lima Júnior

Defesa de Dissertação



Jennifer Ribeiro da Silva

Economista e Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo IE-UNICAMP

E-mail: jennifer.ribeiros@gmail.com

Título da Dissertação: O desenvolvimento regional no semiárido brasileiro: políticas explícitas e implícitas e a dinamização econômica a partir dos anos 2000.

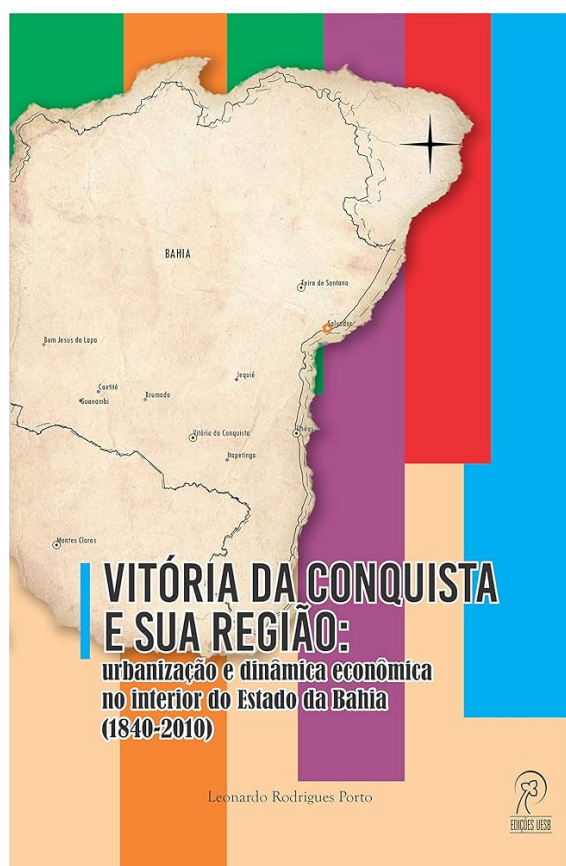
Resumo: Esta pesquisa buscou analisar, sob a perspectiva histórico-estrutural, o processo de desenvolvimento regional vivenciado pela Região Semiárida, a partir dos anos 2000, com ênfase no papel das políticas implícitas e explícitas. Partiu-se da hipótese de que as políticas implícitas – como o Programa Bolsa Família, a ampliação da Previdência Social, o Programa Cisternas, os aportes do BNDES e a expansão do ensino superior – desempenharam papel mais decisivo que as políticas explícitas, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e os Fundos Constitucionais de Financiamento (FCF). A análise histórica demonstrou que, apesar das inúmeras políticas regionais direcionadas ao semiárido, ao longo do século XX, elas falharam em impulsionar o desenvolvimento socioeconômico dessa região, em grande parte devido aos diagnósticos equivocados em relação às causas da vulnerabilidade da região. Já no século XXI, a expansão da renda e do consumo impulsionada pelas políticas implícitas permitiu crescimento econômico acima da média nacional, com melhoria em diversos indicadores sociais. Concluiu-se que o aprofundamento e a continuidade desses avanços requerem política regional atuante, capaz de articular estrategicamente as diferentes políticas públicas e coordenar os interesses regionais, com vistas à realização de uma verdadeira transformação estrutural.

Dicas de leitura

Vitória da Conquista e sua Região:

urbanização e dinâmica econômica no interior do estado da Bahia (1840-2010)

Por Carlos Eduardo Pereira do Nascimento



Vitória da Conquista e Sua Região: Urbanização e Dinâmica Econômica no Interior do Estado da Bahia (1840-2010)

PORTO, Leonardo Rodrigues. Vitória da Conquista e Sua Região: urbanização e dinâmica econômica no interior do estado da Bahia (1840-2010). Vitória da Conquista: UESB, 2022.

O livro Vitória da Conquista e sua região: urbanização e dinâmica econômica no interior do estado da Bahia (1840-2010), de autoria de Leonardo Rodrigues Porto, publicado em 2022, fornece uma contribuição bastante relevante para os estudos urbanos e regionais, ao analisar os condicionantes estruturais pós-1980 que delinearam as transformações na dinâmica urbano-regional brasileira

e seus efeitos na rede urbana baiana, em especial na cidade de Vitória da Conquista e sua região de influência. Trata-se de um estudo que discute, de modo geral, o papel das cidades médias, através desta cidade, na hierarquia urbana e quais são as contribuições para o desenvolvimento regional e urbano e como o Estado, enquanto agente dinamizador e articulador do padrão espacial atual sob a ótica da rede urbana nordestina, se comporta nesse cenário.

Organizado em três partes e distribuído ao longo de doze capítulos, Leonardo, de forma brilhante, dedicou-se analisar: i) A dinâmica da urbanização no Brasil e na Bahia, destacando o surgimento de cidades médias que articulam grandes centros e pequenos municípios, examinando as mudanças estruturais da sociedade brasileira e seus impactos no território baiano; ii) As redes urbanas intermediárias na Bahia, com foco em Feira de Santana, Jequié e, sobretudo, Vitória da Conquista, explorando os desafios da urbanização em contextos de subdesenvolvimento e suas particularidades; e, iii) As transformações na hierarquia urbano-regional da Região de Influência de Vitória da Conquista

(RIVC), além de reflexões sobre estudos da rede urbana brasileira, como os do Ipea, IBGE e Nesur/IE/Unicamp (2002) e da Regic 2007 (IBGE, 2008).

A concepção de cidade média adotada pelo autor parte de uma abordagem crítica, centrada em sua efetiva capacidade de exercer funções de intermediação, sem recorrer a generalizações conceituais ou superestimações teóricas. Embora essas cidades tenham figurado como peças-chave nas estratégias de desenvolvimento regional brasileiro – especialmente a partir da década de 1970 com, por exemplo, o Programa Cidades de Porte Médio (PCPM) –, a maioria delas não conseguiu consolidar uma base econômica sólida o bastante para desconcentrar efetivamente as funções urbanas e populacionais dos grandes centros metropolitanos, como se pretendia naquele período.

Essa limitação estrutural torna-se ainda mais evidente nas áreas periféricas do país, onde as dinâmicas urbanas não podem ser explicadas exclusivamente com base em características internas dos municípios ou por meio de análises centradas em fatores endógenos. Nesses contextos, o grau de centralidade atribuído às cidades médias costuma ser moldado, em grande medida, por influências externas, tanto ao próprio município quanto à sua área de influência direta. Mesmo com a presença significativa de atividades do setor terciário – notadamente aquelas vinculadas à administração pública –, a posição hierárquica dessas cidades frequentemente reflete condicionantes exógenos, revelando a fragilidade das estruturas locais diante dos processos mais amplos que organizam o território nacional.

A ocupação do território sob influência de Vitória da Conquista ao longo do tempo foi essencial para moldar a hierarquia regional entre os núcleos urbanos locais – estrutura que, em linhas gerais, permanece relativamente estável até os dias atuais. Embora, antes de 1930, o município ainda não exercesse centralidade expressiva no sistema urbano baiano, já apresentava uma população numerosa em comparação a outras localidades do interior. Sua localização estratégica, conectando o sertão ao litoral baiano e articulando áreas do Norte e Sul do país, favorecia o intercâmbio de fluxos comerciais e humanos, o que contribuiu significativamente para consolidar seu papel como entreposto regional.

Mesmo em um cenário em que Caetité detinha relevância administrativa, funcionando como um polo político-institucional, Vitória da Conquista se destacava por uma dinâmica econômica mais ativa e por sua capacidade de atrair população e investimentos. Essa diferença já era perceptível na segunda metade do século XIX, período em que havia se emancipado politicamente, em 1840, e começava a exercer funções urbanas mais amplas no território baiano. O avanço do tempo consolidaria esse protagonismo. A transição de Vitória da Conquista, de um pequeno núcleo urbano nos anos 1930 e 1940 para uma cidade média consolidada nas décadas de 1970 e 1980, é reveladora de sua trajetória singular. Ainda que, em 1940, a sede municipal abrigasse pouco mais de oito mil habitantes, já era notável sua função como elo entre diferentes zonas ecológicas e econômicas do estado. Por ali passavam rotas importantes

de circulação de mercadorias, como o tradicional ‘caminho das boiadas’, que interligava as áreas produtivas do interior às porções úmidas do litoral. Essa inserção geográfica favoreceu sua emergência como um centro regional com crescente capacidade de comando.

A cidade, desde então, demonstrava reunir condições objetivas que a tornavam apta a exercer funções hierárquicas no sistema urbano. Sua infraestrutura física e social estava em processo de expansão e preparada para receber investimentos e serviços compatíveis com as demandas crescentes da economia nacional em fase de interiorização. Ao compararmos, por exemplo, com Feira de Santana, a região de influência dessa cidade, de acordo com a Regic 2007 (IBGE, 2008), era composta por 63 municípios, enquanto a de Vitória da Conquista possui 96. Se observarmos a Regic 2018 (IBGE, 2020), apesar da redução do número de municípios, o raio de influência de Vitória da Conquista em relação a Feira de Santana aumentou, com 88 e 40, respectivamente, ainda que a população daquela cidade, conforme dados do Censo Demográfico de 2022, corresponda a 60,2% desta.

Todavia, o desenvolvimento econômico brasileiro, ao alcançar as áreas sertanejas do Nordeste, não impôs uma ruptura estrutural, mas se adaptou às condições materiais e sociais já existentes, fortalecendo trajetórias locais como a de Vitória da Conquista e reafirmando sua vocação para o protagonismo regional. Ou seja, não houve mudanças estruturais na dinâmica socioespacial, apenas o reforço da influência dessas cidades no contexto regional – por exemplo, com a rodovia Rio-Bahia na BR-116.

Quando observamos atentamente o trato do autor com o Estado para com a macrorregião Nordeste é muito significativo, pois nos permite refletir sobre a dinâmica urbano-regional nordestina e como os centros urbanos intermediadores no interior se comportam na rede urbana.

Nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, o Estado desempenha papel central na configuração e expansão das redes urbanas, estimulando o crescimento de diversas cidades médias, sobretudo em áreas historicamente menos dinâmicas, como o Nordeste. Esse processo, embora tenha conferido maior relevância a alguns centros urbanos, ocorreu de maneira desconectada das suas áreas de entorno imediato, que continuaram a apresentar baixa integração territorial e carência de investimentos estruturantes.

Esse descompasso reforça uma lógica de organização espacial típica de economias subdesenvolvidas, marcada pela concentração de atividades produtivas e serviços em poucos núcleos urbanos, o que gera articulações territoriais assimétricas entre os níveis estadual, regional e nacional. Em consequência, mesmo que algumas cidades médias tenham ampliado sua importância funcional no sistema urbano, sua trajetória de crescimento isolado não foi capaz de induzir transformações econômicas significativas nos municípios que compõem suas zonas de influência. O protagonismo alcançado por essas cidades, portanto, não se converte, por si só, em um vetor de desenvolvimento regional equilibrado e inclusivo. Daí, a importância de

levar em consideração “[...] as determinações que ocorrem em outros níveis escalares, que não apenas o da área investigada [...]”, onde essas cidades “[...] são as únicas protagonistas de seu próprio desenvolvimento [...]” (p. 207), o que não se confirma.

Nessa dinâmica, o setor público emerge como agente estruturante para a economia das cidades médias, sustentando uma parte expressiva de suas atividades por meio da presença institucional e da oferta de serviços estatais. Esses centros, geralmente reconhecidos por sua função regional, concentram comércio, serviços especializados, instituições de ensino superior e unidades de saúde, atraindo fluxos de capital que impactam positivamente o setor imobiliário e o mercado financeiro local. No entanto, esse dinamismo está fortemente ancorado na atuação estatal, sobretudo nas funções administrativas e na alocação de recursos públicos.

A partir dessa realidade, é possível distinguir diferentes configurações de redes urbanas intermediárias, definidas pelo grau de dependência em relação ao Estado. Essa dependência afeta diretamente a densidade e a vitalidade econômica desses centros urbanos, indicando que sua capacidade de articulação e comando sobre o território regional está, frequentemente, condicionada à permanência de políticas públicas e à presença de estruturas governamentais.

Muito mais do que uma cidade que apresenta um nível de centralidade relevante no setor de serviços, é averiguar quais seriam esses serviços, a partir das constatações do autor para Vitória da Conquista, em que grande parte dos serviços são da administração pública, os quais contribuem para sua posição na hierarquia urbano-regional e são componentes substanciais da geração da renda regional.

Um aspecto relevante a ser considerado diz respeito à diversidade de abordagens utilizadas na análise da rede urbana brasileira, tendo como referência central os estudos do Ipea, IBGE e Nesur/IE/Unicamp (2002) e da Regic 2007 (IBGE, 2008). Embora esses estudos tenham como eixo comum o conceito de centralidade, suas metodologias se baseiam, em grande medida, em modelos analíticos estáticos e recortados, o que limita uma compreensão mais dinâmica e articulada das transformações territoriais.

Nesse contexto, Leonardo propõe uma leitura mais ampla e integrada, sugerindo a necessidade de considerar múltiplas escalas – local, regional, nacional e internacional –, bem como diferentes dimensões espaciais – sub-regional, macrorregional e nacional. Essa perspectiva multiescalar busca romper com visões simplificadas e linearizadas da rede urbana, abrindo espaço para uma análise mais complexa e sensível às particularidades territoriais.

Uma das críticas centrais do autor recai sobre o uso generalizado da classificação funcional das cidades médias tal como apresentada pela Regic. Ele adverte que essas classificações, ao atribuírem determinadas funções às cidades, muitas vezes não consideram as reais condições institucionais, econômicas e estruturais necessárias para que tais funções sejam plenamente exercidas. A preocupação, nesse caso, reside na supervalorização do papel

dessas cidades no interior de suas regiões de influência, sem que elas possuam, de fato, a capacidade de induzir transformações significativas no território.

De acordo com Leonardo, a metodologia da Regic deve ser utilizada com cautela, reconhecendo seus limites. Para ele, ainda que “[...] tais cidades exerçam algum nível de centralidade captado pela pesquisa, elas não dispõem de força suficiente para influir decisivamente na dinamização da sua área de influência” (p. 170). Assim, a centralidade apontada por indicadores quantitativos deve ser complementada com análises qualitativas e com a consideração das dinâmicas históricas e estruturais que moldam o território. A introdução da rede urbana e da estrutura produtiva como elementos de análise podem auxiliar no entendimento mais robusto da cidade e de seu entorno.

Articulando as brilhantes discussões até aqui elencadas, podemos verificar as respostas as principais questões do livro: qual é de fato a importância da cidade de Vitória da Conquista na hierarquia urbano-regional baiana e nordestina e de que maneira a dinâmica econômica de Vitória da Conquista consolidou sua rede urbana.

Segundo o autor, o papel de Vitória da Conquista como polo regional não decorre de forças econômicas endógenas suficientemente robustas, mas sim de sua condição estratégica como receptora de investimentos públicos e da concentração de serviços estatais essenciais. A capacidade da cidade em estruturar e articular uma rede urbana em meio a uma região de baixa densidade econômica está diretamente associada à ação do Estado, que assume a função de catalisador dos fluxos e articulações territoriais. Serviços públicos, infraestrutura física e equipamentos sociais, em grande parte regionalizados, são centralizados em Vitória da Conquista, o que lhe confere uma centralidade construída historicamente por meio de mediações políticas e institucionais, e não exclusivamente por dinamismos internos.

Essa centralidade relativa, contudo, deve ser compreendida no contexto de uma malha urbana estadual profundamente concentrada. O interior da Bahia apresenta escassez de centros urbanos intermediários com capacidade funcional relevante, o que compromete a difusão mais equilibrada dos circuitos do capital e dos serviços urbanos. A lacuna deixada por essa ausência de cidades médias operantes no interior contribuiu para que Vitória da Conquista ocupasse um espaço central no território, mas sem que isso implicasse necessariamente em maior diversificação produtiva ou dinamismo regional autônomo.

Em síntese, a posição da cidade no sistema urbano baiano é mais efeito do vácuo estrutural deixado por um modelo de urbanização concentrador do que resultado de um processo orgânico de fortalecimento econômico regional. Os fluxos econômicos e sociais que atravessam o interior do estado encontram poucos pontos de ancoragem, refletindo uma estrutura urbano-regional verticalizada e hierarquizada, típica de formações periféricas. Nesse sentido, a região de influência de Vitória da Conquista reproduz, em escala sub-regional, os mesmos padrões de centralização e dependência observados nas escalas estadual e nacional, revelando os limites de um modelo de desenvolvimento

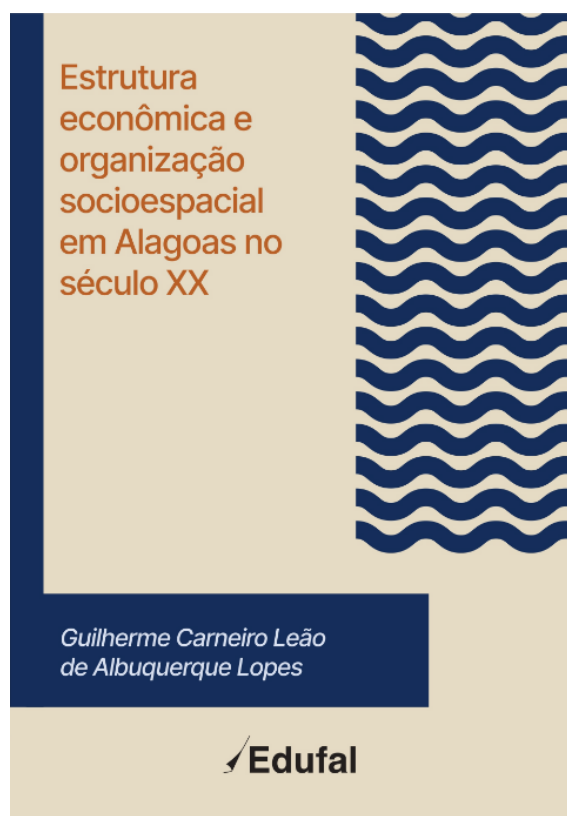
territorial profundamente assimétrico.

Em síntese, a obra *Vitória da Conquista e sua região: urbanização e dinâmica econômica no interior do estado da Bahia (1840-2010)* representa uma contribuição fundamental para o entendimento não apenas da inserção atual de Vitória da Conquista no cenário urbano-regional baiano, mas também dos fatores estruturais que historicamente moldaram o desenvolvimento territorial no Nordeste. Ao analisar com profundidade os mecanismos institucionais, econômicos e espaciais que condicionaram a conformação dessa cidade média, o autor oferece uma leitura crítica sobre o papel do Estado e a reprodução de padrões que, longe de promoverem rupturas estruturais, reforçaram desigualdades históricas no tecido urbano regional.

A relevância do livro vai além da escala local. Trata-se de uma leitura indispensável para pesquisadores(as), planejadores(as), gestores(as) públicos e demais interessados(as) nas complexas relações entre urbanização, economia regional e ação estatal no Brasil. Pela densidade teórica e empírica com que trata o tema, a obra se consolida como referência obrigatória para quem busca compreender os limites e possibilidades do desenvolvimento urbano em regiões periféricas do país.

A Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX

Por Fernando Macedo



A Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX

LOPES, G. L. C. A Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX. Maceió: EdUFAL, 2023.

O livro *Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX*, do economista Guilherme Leão Carneiro Albuquerque Lopes, é uma importante contribuição para os estudos sobre história regional e, portanto, base indispensável para se compreender a dinâmica socioespacial recente do país. Essa, seguindo o método histórico-estrutural do qual o autor é tributário, deve ser analisada a partir das heranças de nossa formação socioeconômica e territorial e sua específica forma de rebatimento sobre as regiões brasileiras e dentro delas.

É sobre essas heranças que são redefinidos a ocupação, o uso e função de cada porção de nosso território e o papel de cada uma na divisão territorial do trabalho no país. Essa se modifica em cada rodada histórica do processo de acumulação a criar (e recriar) novas articulações das regiões aos movimentos das economias brasileira e internacional.

O objeto desta obra apresenta recorte econômico e territorial bem delimitado: a evolução socioespacial do estado de Alagoas entre 1933 e 1988. A periodização se justifica porque, a partir da criação do Instituto de Açúcar e Alcool - IAA, a supremacia da indústria sucroalcooleira na economia estadual implicará em alterações em sua organização socioespacial. O ano final marca novo período na dinâmica regional brasileira, com os efeitos das Constituição federal sobre municípios menores e, seguida a ela, o início do processo de abertura econômica que se afirmaria na década de 1990, a partir da eleição do alagoano Fernando Collor de Mello à presidência da República. Espera-se que as pesquisas futuras do economista atualizem esse movimento até os dias de hoje.

O método histórico-estrutural adotado, constante na formação do jovem economista desde a graduação, dialoga com autores críticos, alguns no campo do marxismo, para se contrapor ao pensamento mais convencional da análise regional, sempre a reivindicar uma neutralidade espacial ou uma pretensa propensão à formação de arranjos espaciais otimizados, com teorias a-históricas e explicações gerais aplicáveis a realidades tão distintas. E esse é um dos méritos da obra: o resgate de autores latino-americanos que discutiram, no século XX, a temática espacial em contraposição às teorias hegemônicas incapazes de responder a especificidades de *Nuestra América*.

Guilherme Lopes parte da concepção do espaço como realidade concreta e, portanto, como resultado de um processo de construção social, em formações socioeconômicas específicas, a definir a forma, a função e as estruturas regionais. Para tanto, é preciso desenrolar o fio da história e revelar os processos multiescalares que determinam, em cada etapa do processo de acumulação capitalista, as relações econômicas que seu objeto mantém – para dentro e para fora da economia brasileira – a definir seu papel na divisão territorial do trabalho e a resultante organização socioespacial em seu território.

Há que se destacar que é a partir da evolução da rede urbana alagoana que o autor busca esse entendimento. Sendo essa formada por um conjunto de centros urbanos articulados entre si, cujas interações econômicas são determinadas por fluxos contínuos de mercadorias, serviços, pessoas e informações; quanto maior a divisão social do trabalho numa região, maiores serão seus fluxos e maior será o desenvolvimento das forças produtivas.

A hipótese desenvolvida pelo autor aponta para a especialização produtiva estadual em açúcar e álcool, reforçada pela criação do IAA e por suas políticas, como determinante para o baixo grau de divisão social do trabalho em Alagoas a lhe interditar o desenvolvimento de forças capitalistas de produção capazes de diversificar sua base produtiva e ampliar o alcance da rede urbana estadual. Ademais, o papel do estado na divisão territorial do trabalho, a partir da integração do mercado nacional sob o comando da indústria localizada no Centro-Sul, reforçou esse quadro.

Não obstante, a concentração da cana-de-açúcar reformulou e reorganizou a espacialização das atividades produtivas, dos serviços e da circulação de pessoas e mercadorias em Alagoas e acarretou, principalmente, a verticalização da rede urbana – no sentido de uma concentração socioeconômica na capital do estado – e um tardio processo de urbanização. Essa concentração seria acelerada pelas políticas federais, desde a segunda metade dos anos 1960, com rebatimentos visíveis sobre a cidade de Maceió, especialmente no que se refere à concentração populacional.

O conhecimento desta obra mostra-se não apenas necessário para os pesquisadores sobre o desenvolvimento regional nordestino e alagoano, mas, também, um prazeroso exercício de reflexão sobre um estudo de caso relevante para o entendimento de nossa realidade socioespacial.

**Texto extraído da apresentação do livro.*

mapear e publicar a literatura de cordel no Ceará



Rodrigo de Albuquerque Marques

Professor da Universidade Estadual do Ceará, atua no curso de Letras do Campus de Quixadá (FECLESC). Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará (2015). Editor da Aluá Edições. Possui sete livros publicados entre obras de literatura e teoria literária. Coordena o projeto mapeamento dos Cordelistas do sertão Central Cearense.

E-mail: rodrigo.marques@uece.br

O presente trabalho procura fundamentar o mapeamento da literatura de cordel no estado do Ceará, principal atividade de extensão do Laboratório de Formação em Cultura Popular Nordestina e Ibérica (LABSUL), com sede na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), em Quixadá, coordenado pelo professor Dr. Rodrigo de Albuquerque Marques, e que integra a Rede Intersetorial do Ceará, projeto-piloto do Ministério da Educação, em parceria com o Grupo de Estudo das Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE), do Instituto de Economia da UNICAMP. Além da fundamentação teórica, desenvolve-se aqui uma análise preliminar dos dados já coletados pela ação extensionista que, à altura desta escrita, contava com 272 cordelistas mapeados de todas as regiões cearenses, 144 trabalhos acadêmicos e 5 editoras de cordéis.

Para o mapeamento, adotamos o conceito de *território criativo* segundo o qual se denominam os “ambientes que ampliem a potência de agir nas redes, a partir de novos repertórios, atores, associações e conexões que contribuam para um desenvolvimento com envolvimento” (OLIVEIRA, 2023, P. 172). A caracterização de um território criativo se articula com os princípios da economia criativa no Brasil e com valores sociais que ampliem as possibilidades humanas nos campos das experiências estéticas e da economia (OLIVEIRA, 2023, p.177). As perguntas propostas no formulário para os cordelistas, as fichas bibliográficas de trabalhos acadêmicos das universidades públicas do Ceará (UECE, UFC, UVA, URCA, UNILAB) e as escolhas para a sondagem de instituições públicas, de empreendedores e da iniciativa privada, se justificam com base nesse modelo de território com a finalidade precípua de identificar os atores-rede envolvidos na cultura popular das macrorregiões administrativas do estado do Ceará, a saber, Sertão Central, Cariri Centro-Sul, Maciço de Baturité, Litoral Leste-Jaguaribe, Litoral Oeste, Região Metropolitana de Fortaleza, Sertão dos Inhamuns, Sobral-Ibiapapa e Baturité, contemplando assim os 184 municípios cearenses.

Mas quais seriam então esses agentes ou atores-rede? Para os territórios criativos, são eles, a *sociedade civil*, os agentes de governo, agentes

empreendedores, agentes de conhecimento e a iniciativa privada (OLIVEIRA, 2023). Para a sociedade civil, mapeamos os produtores de cultura popular, os cordelistas em primeiro lugar, mas procuramos identificar outros atores de artes afins, cantadores de viola, emboladores, declamadores, gravuristas, editores de folhetos, dada ainda a opção “outros” que, muitas vezes, foi preenchida por rabequeiros, mestres de danças populares, sonetistas, compositores, contadores de histórias infantis e trovadores, por entender que o cordel se insere numa esfera de tradição popular que pressupõe outras artes necessárias para a sua produção e circulação. Estes mapeados são representantes, pessoas físicas, da sociedade civil, mas o projeto mapeia ainda as associações de cordelistas, as academias e outras formas de pessoas jurídicas que trabalham direta ou indiretamente com o cordel. Esta dimensão contempla a criação e a produção de folhetos, mas também um pouco da fruição dessa arte quando consideramos, por exemplo, a atuação dos declamadores, constituindo, em parte, este mesmo grupo, um público consumidor em potencial. Com relação ao público consumidor em si, por ser difuso, o projeto não delinear os seus contornos, a não ser indiretamente com estimativas de vendas levantadas em eventos.

Quanto aos *agentes de governo*, procuramos atrelar a divulgação do próprio formulário aos atores públicos competentes para o apoio institucional da ação, são secretários de cultura municipais, gestores de fundações e equipamentos culturais, órgãos de preservação do patrimônio, como o IPHAN-CE e a SECULT-CE, além de grupos de trabalho em outras instâncias, como a Biblioteca Pública do Estado do Ceará, e unidades do SEBRAE, SESC e SENAC que mantêm atividades em torno do cordel. Uma agenda com estes contatos vem sendo alimentada desde o início das atividades do LABSUL e caracteriza de início uma ação intersetorial. Esta rede é de suma importância para a articulação do projeto, pois permite um alcance regional e local mais preciso, sem este apoio, a ação não teria a abrangência em todas as escalas espaciais: nacional, regional e local, urbanas e rurais, e mesmo internacional. A diversidade geográfica do estado foi tomada como um fator positivo do mapeamento, abrindo possibilidades de coordenar ações no âmbito local e regional considerando as especificidades dos territórios envolvidos. Dentre estes agentes públicos, cabe destacar o núcleo gestor e de patrimônio da Casa de Saberes Cego Aderaldo que integrou à sua política de patrimônio o nosso mapeamento. A Casa de Saberes também articulou a divulgação do formulário de cordelistas em âmbito estadual. Outro agente público de fundamental importância foram as professoras e os professores das escolas públicas, uma capilaridade que conseguiu realizar um “pente-fino” na escala local para captar tanto cordelistas iniciantes quanto cordelistas que moram na zona rural, parentes dos estudantes e dos próprios educadores ou eles mesmos autores de folhetos.

Quanto aos *agentes empreendedores*, o projeto se dirigiu ao mapeamento de editoras estabelecidas no Ceará que atuam no segmento do cordel ou da

cultura popular. Entrevistas com estes agentes e os seus respectivos cadastros procuraram sinalizar a atividade dos empreendedores que atuam em feiras, livrarias, vendas para órgãos públicos, editando e fazendo circular folhetos, revistas, almanaques e livros. Não só mapeamos as editoras estabelecidas como poetas que comercializam e imprimem por conta própria seus cordéis, ou em escala menor, cordéis de terceiros. Esse mapeamento foi realizado à distância ou indo a locais de comercialização como a Bienal do Livro do Ceará e a feira de cordéis do Centro Cultural da Caixa Econômica em Fortaleza. O conhecimento desses atores se vincula às reivindicações de fomento, financiamento e aos marcos legais para o setor de impressos em cultura popular. Todos esses agentes mapeados se responsabilizam, obviamente, para a estruturação de uma rede ampla em prol da salvaguarda do patrimônio imaterial em foco, todavia o eixo dos empreendedores, no exercício de suas atividades, corresponde a setor sensível para a profissionalização e a sobrevivência da cultura desses impressos no contexto atual que exige tecnologias disruptivas, abrem-se, portanto, oportunidades de pesquisa para a Universidade propor modelos de inovação que efetivem os princípios da economia criativa, dentre eles o da sustentabilidade e o da biodiversidade cultural. O mesmo pensamento se estende à *iniciativa privada*, entendida aqui como agentes que complementam a cadeia produtiva do cordel, tais como o setor gráfico, o setor do turismo e artesanato, o setor livreiro de forma ampla e o mercado digital, numa tentativa de palmilhar no Ceará as iniciativas de pontos de venda e de atendimento dos cordelistas (distribuidoras de papel, gráficas especializadas em folhetos, boxes nos mercados públicos, rede de hotéis que valorizam a cultura popular, agências de turismo e sites especializados).

Por fim, os *agentes de conhecimento*. A estratégia adotada foi extrair dos repositórios acadêmicos das universidades públicas do Ceará, mediante filtros nos sistemas de buscas, os trabalhos acadêmicos (resumos, TCCs, monografias de especialização, dissertações, teses, artigos de periódicos, capítulos de livros, livros e trabalhos técnicos) que versam sobre a literatura de cordel, identificando os pesquisadores e as pesquisadoras com a respectiva orientação, o currículo Lattes, o ano de publicação e se a autoria dos trabalhos é feminina ou masculina. Com isso, registra-se o que se vem produzindo nos últimos vinte anos no Ceará acerca do cordel e viabiliza uma estruturação de uma rede de pesquisadores em torno do tema.

À medida que o mapeamento dos atores-redes for se concluindo, mais subsídios teremos para a configuração do território criativo e o seu diagnóstico, ou seja, identifica-se o *uso do território*, uma esfera simbólica, sem fronteiras físicas delineadas, e as macrorregiões administrativas, que foram tão úteis ao mapeamento, são reconfiguradas ao final para surgir o *território usado* (ver SANTOS, 2004) pelos atores-rede na dinâmica de uma atividade humana específica, a literatura de cordel, que integra todos. A criação, a produção, a circulação, a distribuição, a fruição e o consumo da literatura de

cordel e artes afins reivindicam, consequentemente, pautas políticas para o chamado “desenvolvimento com envolvimento”, nas dimensões de fomento, financiamento, marcos legais, produção de conhecimento, ecossistemas criativos (infraestrutura e gestão de recursos), formação profissional e estruturação de redes (cf. OLIVEIRA, 2023). São os desafios postos pelo território reconfigurado que se impõem, que exigem respostas igualmente complexas e necessariamente intersetoriais. A ação coordenada e conjunta de todos os atores-redes e as esferas público e privadas, e aí incluindo a presente ação extensiva do LABSUL e do GETETE, possibilitarão uma organicidade funcional a esse ativo simbólico e material que o estado do Ceará possui, reafirmando no tempo e no espaço uma tradição popular de resistência a processos globalizantes hegemônicos (SANTOS, 2022).

Em concomitância ao levantamento, o projeto criou um selo editorial dentro da Editora da Universidade Estadual do Ceará (EDUECE), o selo LABSUL, para publicar folhetos e conteúdos acadêmicos impressos ou digitais. O resultado desse esforço se consubstanciou na publicação de 18 cordéis dos e das escritoras mapaeadas e de um livro em parceria com a Aluá Editora (versão impressa), a Diretoria de Cultura da UNICAMP, a Pró-Reitoria de Extensão Esporte e Cultura da UNICAMP e a EDUECE (versão digital, ebook <https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2024/10/Nordeste-em-prosa-em-cordel.pdf>). Os cordéis foram lançados com a presença das autoras e autores na Festa da Literatura de Cordel (FLIC), realizada entre os dias 15 e 17 de agosto de 2024, em Quixadá, e no dia 08 de abril de 2025, na XV Bienal do Livro do Ceará. Cabe ressaltar, que a arte das capas dos cordéis também foram produzidas por artistas locais iniciantes, resultado das oficinas de desenho e gravura realizadas pelo LABSUL em parceria com a Aluá Editora.

O modelo da empreitada editorial pressupõe uma articulação com a iniciativa privada (Aluá Editora) e uma editora universitária, a EDUECE. Segundo André Schiffrin ao falar da experiência entre a editora americana Dalkey Archive e a Universidade Estadual de Illinois: “Não há qualquer razão para que as editoras universitárias não encorajem a criação de editoras alternativas, suas subsidiárias, que poderiam partilhar as suas instalações e publicar em áreas nas quais as universidades hesitam em aventurar-se. As editoras universitárias publicam apenas uma pequena parcela do que deveria ser traduzido ou, igualmente importante, do que deveria ser relançado” (SCHIFFRIN, 2013, p.172). A Aluá utiliza o ateliê do LABSUL, instalado na Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão central (FECLESC) para suas oficinas e composições tipográficas, e por vezes edita seus cordéis com a ajuda dos bolsistas do projeto, em contrapartida, cede uma impressora a laser e insumos para a publicação dos cordéis do projeto.

A perspectiva para as próximas coleções de folhetos esteia-se em critérios editoriais que atendam aos princípios da Economia Criativa no Brasil: Diversidade Cultural; Sustentabilidade; Inovação e Inclusão Social (Plano da

Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011). Desafios que exigirão respostas igualmente intersetoriais, sobretudo no ponto da sustentabilidade para se chegar a um folheto sustentável. Os critérios editoriais vinculados aos princípios da economia criativa interconectam-se com a construção de novos paradigmas historiográficos para a literatura de cordel cuja centralidade passa irremediavelmente pelas questões de gênero, como vem desenvolvendo as professoras Ria Lemaire (LEMAIRE, 2018) e Francisca Pereira dos Santos (SANTOS, 2020).

Conclui-se então que a abordagem para a pesquisa e a publicação da poesia popular por uma Universidade Pública necessariamente desenvolve-se numa perspectiva intersetorial e interdisciplinar e apresenta-se como desafio metodológico complexo, com implicações éticas, necessárias para os novos marcos da extensão e da inovação universitária.

Charge

Tarifalço



Silva Berros

Artista visual, ilustrador e gravurista. Já ilustrou diversas capas de cordéis e de livros. Participou de formações nas áreas de literatura popular e de gravura como instrutor pelo SESC Quixeramobim, pela Casa de Saberes Cego Aderaldo, pela Casa de Antônio Conselheiro e pelo Porto Iracema das Artes, no projeto aBarca. Atualmente é Diretor de Arte na Aluá Editora.



Referências

- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas**, n. 23, 2001.
- ARAÚJO, Rodrigo da Cruz de. Análise sobre a monocultura de soja e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia com base na teoria do Desenvolvimento Endógeno. **Economia e Desenvolvimento**, 2014.
- ARAÚJO, T. B. de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 11, p. 7–36, 1997.
- BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **GeoTextos**, 2015.
- BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.
- BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: **Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: Editora da UFBA, 2008.
- CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 27–27, 2011.
- CHAGAS, Carolina dos Santos. **O Centro de Campinas à Espera: discursos, impasses e desafios**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- CORRÊA, Vanessa Petrelli. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Regional, Urbano e Ambiental**, IPEA, 2009.
- COSTA, Tiago da; ALPERSTEDT, Graziela Dias; ANDION, Carolina. Dimensões da abordagem territorial do desenvolvimento: uma proposta conceitual. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, 2021.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, 2020.

DALLABRIDA, Valdir Roque *et al.* Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Guaju**, v. 7, n. 1, p. 8-80, 2021.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. A expansão do ensino superior e as cidades médias: um estudo sobre a atuação da UERN/Campus de Pau dos Ferros (RN). **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 227-236, 2014.

ESTEVES, F. P. A África e as interpretações sobre seu subdesenvolvimento. **Revista de Humanidades e Letras**, São Francisco do Conde (BA), v. 3, n. 2, p. 71-91, 2017. Disponível em: <https://www.studocu.com/row/document/universidade-oscar-ribas/law-course/africa-e-as-interpretacoes-sobre-o-seu-subdesenvolvimento/19424626>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ESTEVES, Francisco Patrício. Angola e os problemas de desenvolvimento no pós-independência. In: SOUSA E SANTOS, Dina de (Org.). **Escrever Angola: diálogos multidisciplinares**. Luanda: Mayamba, 2024.

FAGNANI, E. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil** (1988-2015). Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2017.

FERNANDES, C. C.; PEREIRA, W. E. N. As contradições regionais do crescimento econômico no Brasil: Auge e declínio do ciclo 2002-2018. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 18, n. 2, p. 199–229, 2024.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. Expansão e interiorização do ensino superior na Universidade Federal da Grande Dourados-MS: uma avaliação do REUNI. In: MACEDO, Fernando Cezar de *et al.*, (Orgs). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI**. Brasília: IPEA, 2022.

LEMAIRE, Ria. “Patrimônio e matrimônio: proposta para uma nova historiografia da cultura ocidental” **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 17-33, jul./ago. 2018.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias do Desenvolvimento Regional e suas implicações de política econômica no Pós-Guerra: o caso do Brasil. **Texto para discussão** 358, 33p. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

LOPREATO, F. L. C. Federalismo brasileiro: origem, evolução e desafios. **Economia e Sociedade**, v. 31, n. 1, p. 1–41, 2022.

MACEDO, F. Desenvolvimento Regional no Brasil no Século XXI. 1. ed. Campina Grande: eduepb, 2023.

MACEDO, F. C. de; PORTO, L. R. Dinâmica regional brasileira: uma análise com base nos dados do PIB municipal (2002-2015). **Revista de Economia**

Regional, Urbana e do Trabalho, v. 6, n. 2, p. 52–69, 2018.

MAIA, Joseli Andrades; STROHAECKER, Tânia Marques. Contribuições da expansão das instituições de ensino superior na formação de centralidades e polos de crescimento no Rio Grande do Sul: uma análise do seu alcance espacial. In: MACEDO, Fernando Cezar de *et al.*, Jorge (Orgs). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI**. Brasília: IPEA, 2022.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 217-227, 2009.

MONASTERIO, Leonardo; CAVALCANTE, Luis Ricardo. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, p. 43-77, 2011.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Gouveia de. “O desenvolvimento de territórios criativos” in LEITÃO, Cláudia Sousa (org.) *Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: contribuições para uma economia criativa brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural; Editora WMF Martins

Fontes, 2023. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações**. 2011-2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. **Intervenções urbanas e representações do centro da cidade de Campinas/SP: convergências e divergências**. 2012. 299 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1620715>. Acesso em: 24 jul. 2024.

OLIVEIRA, Nilton Marques. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional Revising classical regional development theories. **Informe Gepec**, v. 25, n. 1, p. 203-219, 2021.

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, v. 5, n. 1, p. 113–140, 1996.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005.

PEDROSO, Francis. **O centro de Campinas (SP): usos e transformações**. 2007. 122p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1605260>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PEQUENO, R. dos S. A. **A questão do federalismo brasileiro: as relações intergovernamentais na perspectiva dos consórcios públicos em dimensão regional**. 2023. 447 f. Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1374615>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PINHEIRO, C. H. L. **Percepções e Trajetórias Docentes: mobilidade no contexto da interiorização e expansão do ensino superior público no estado do Ceará**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2013.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**, v. 1, p. 17-35, 2009.

REIS, Nestor Goulart. Dispersão urbana e modernização capitalista. **Revista Cidades**, Brasil, v. 12, n. 21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/11936>. Acesso em: 27 mar. 2025.

REVITALIZAR. In: **MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=o&f=o&t=o&palavra=revitalizar>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5 ed., v. 2, 2013.

SANTOS, Francisca Pereira dos. O livro delas: autoria feminina no cordel, cantoria e gravura. Interdisciplinar - **Revista de Estudos em Língua e Literatura**, São Cristóvão-SE, v. 33, n. 1, p. 218–230, 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 73-94, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 33^a edição. Rio de Janeiro: Record, 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia nova**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCHIFFRIN, André. **O Negócio dos Livros: como os grandes grupos económicos decidem o que lemos**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014. **Nova Economia**, v. 25, n. Special Issue, p.

803–833, 2015.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Conflito Distributivo e o Fim da “Breve Era de Ouro” da Economia Brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, p. 175–189, 2018.

TAVARES, M. da C. Império, território e dinheiro. In: MELO, H. P. de (org.). **Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 261–304.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (org.). **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 3. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2015.

VIEIRA, Danilo Jorge. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antonio (orgs.). **Desenvolvimento Regional no Brasil**, p. 277-305, 2017.

